

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	17
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	20
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	22
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	26
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	27
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	28
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	29
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	43
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	133
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	134
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	138
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	140
---	-----

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	142
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	143

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.334
Preferenciais	0
Total	696.334
Em Tesouraria	
Ordinárias	713
Preferenciais	0
Total	713

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	3.429.499	3.481.773	1.558.026
1.01	Ativo Circulante	305.839	340.660	22.597
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.751	10.928	5.818
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.751	10.928	5.818
1.01.02	Aplicações Financeiras	224	383	260
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	224	383	260
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	224	383	260
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.212	5.143	1.414
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.212	5.143	1.414
1.01.07	Despesas Antecipadas	748	640	506
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	748	640	506
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	293.904	323.566	14.599
1.01.08.03	Outros	293.904	323.566	14.599
1.01.08.03.01	Outros Créditos	2.656	2.357	2.269
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	416	334	373
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	273.556	310.857	0
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	17.276	10.018	11.957
1.02	Ativo Não Circulante	3.123.660	3.141.113	1.535.429
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.944	53.162	72.272
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	5.304
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	0	5.304
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.944	53.162	66.968
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	85	91	2.666
1.02.01.10.04	Outros créditos	11.703	11.774	12.748
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	20.156	41.297	51.554
1.02.02	Investimentos	3.086.173	3.081.823	1.461.267
1.02.02.01	Participações Societárias	3.086.173	3.081.823	1.461.267
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.084.504	3.041.896	1.420.826
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	1.669	39.927	40.441

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.03	Imobilizado	5.151	5.044	1.714
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.151	5.044	1.714
1.02.04	Intangível	392	1.084	176
1.02.04.01	Intangíveis	392	1.084	176

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	3.429.499	3.481.773	1.558.026
2.01	Passivo Circulante	128.471	1.297.287	327.883
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.251	4.296	9.419
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.251	4.296	9.419
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.251	4.296	9.419
2.01.02	Fornecedores	729	763	265
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	729	763	265
2.01.02.01.01	Fornecedores	729	763	265
2.01.03	Obrigações Fiscais	486	381	62
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	486	381	62
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	486	381	62
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	43.132	1.258.083	285.171
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.257.663	135.522
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.257.663	135.522
2.01.04.02	Debêntures	43.132	0	149.563
2.01.04.02.01	Debêntures	43.132	0	149.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	0	420	86
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	0	420	86
2.01.05	Outras Obrigações	76.873	33.764	32.966
2.01.05.02	Outros	76.873	33.764	32.966
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	58.352	1.319	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	60	880	2.616
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	3.011	8.140	3.900
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	15.450	23.425	26.450
2.02	Passivo Não Circulante	997.334	64.177	1.173.962
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	948.255	0	1.107.841
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.107.841
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	1.107.841
2.02.01.02	Debêntures	948.255	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.02.01	Debêntures	948.255	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	49.071	64.177	66.121
2.02.02.02	Outros	49.071	64.177	66.121
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	28.640	23.144	28.055
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	6.709	7.109	17.039
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	13.722	33.924	21.027
2.02.04	Provisões	8	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	8	0	0
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	8	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.303.694	2.120.309	56.181
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305	360.900
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	187.621	4.236	0
2.03.04.01	Reserva Legal	12.563	278	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.958	0
2.03.04.10	Orçamento de Capital	175.058	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-366.487

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	407.614	476.059	-318.926
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.358	-27.404	-31.828
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.312	-3.910	-375.853
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	946	812	714
3.04.05.02	Amortização de ágio de investimentos	-514	-514	-11.589
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	0	-4.208	-57.792
3.04.05.04	Impairment de ativos	-37.744	0	-307.186
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	477.284	507.373	88.755
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	477.284	507.373	88.755
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	407.614	476.059	-318.926
3.06	Resultado Financeiro	-154.577	-104.017	-99.062
3.06.01	Receitas Financeiras	7.989	26.077	6.424
3.06.02	Despesas Financeiras	-162.566	-130.094	-105.486
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	253.037	372.042	-417.988
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	253.037	372.042	-417.988
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-7.342	0	-6.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-7.342	0	-6.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	245.695	372.042	-423.988
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3532	0,59018	-0,75994
3.99.01.02	ON	0,36376	0,59018	-0,74918
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3532	0,59018	-0,75994
3.99.02.02	ON	0,36376	0,59018	-0,74918

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	245.695	372.042	-423.988
4.03	Resultado Abrangente do Período	245.695	372.042	-423.988

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-62.911	-23.909	-64.227
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-31.818	-6.075	-36.267
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	253.037	372.042	-417.988
6.01.01.02	Lucro/(Prejuízo) das operações descontinuadas	-7.342	0	-6.000
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	1.446	1.326	1.345
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	492	-178	0
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	157.277	119.881	100.262
6.01.01.07	Provisão e atualização monetária para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	8	53	0
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-3	-1	-120
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	-2.318	-2.745	-4.005
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-477.284	-507.373	-88.755
6.01.01.17	Amortização de ágio	514	514	11.589
6.01.01.18	Juros de ativos - Mútuos	0	-242	-150
6.01.01.19	Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANPC	4.611	10.648	60.369
6.01.01.20	Impairment de ativos/Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	37.744	0	307.186
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-31.093	-17.834	-27.960
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-69	-3.729	1.441
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-108	-134	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	9	2.576	-21
6.01.02.05	Outros créditos	-228	886	-10.063
6.01.02.06	Fornecedores	-34	498	-370
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	2.955	-5.123	1.515
6.01.02.08	Partes relacionadas	-82	39	732
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	105	319	-388
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	0	-53	0
6.01.02.13	Outras contas a pagar	4.676	-6.647	2.985
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-38.317	-6.466	-23.791
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	486.984	-1.413.731	305.675
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.227	-3.902	-225

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.02.02	Aquisição de intangível	-126	-93	-66
6.02.03	Aplicações financeiras	159	-123	1.210
6.02.05	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	449.499	41.001	378.000
6.02.06	Investimento em controladas - aportes de capital	-7.817	-1.475.702	-87.875
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	13.500	10.147	80
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	16.201	14.941	14.551
6.02.11	Investimento em controladas - venda de participação	16.795	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-429.250	1.442.750	-250.905
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos	-5.277	0	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.110.420	-241.057	-1.410.811
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-259.382	-15.144	-77.350
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	945.829	0	1.212.416
6.03.06	Partes relacionadas - mútuos	0	5.546	22
6.03.07	Aporte de Capital	0	1.693.405	0
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	0	24.818
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.177	5.110	-9.457
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.928	5.818	15.275
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.751	10.928	5.818

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	171.100	-175.058	0	-3.958
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958
5.04.08	Reserva de orçamento de capital	0	0	175.058	-175.058	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.695	0	245.695
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.695	0	245.695
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.285	-70.637	0	-58.352
5.06.04	Reserva Legal	0	0	12.285	-12.285	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por ação)	0	0	0	-58.352	0	-58.352
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.236	-5.555	0	-1.319
5.06.04	Reserva Legal	0	0	278	-278	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por ação)	0	0	0	-1.319	0	-1.319
5.06.06	Dividendo adicional proposto	0	0	3.958	-3.958	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818
5.04.08	Exercício plano de opção de ações	0	24.818	0	0	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-423.988	0	-423.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-423.988	0	-423.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-242.961	242.961	0	0
5.06.07	Absorção de prejuízo	0	0	-242.961	242.961	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.769	-13.858	-17.347
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.769	-13.858	-17.347
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.769	-13.858	-17.347
7.04	Retenções	-39.704	-6.048	-377.912
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.446	-1.326	-1.345
7.04.02	Outras	-38.258	-4.722	-376.567
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-514	-514	-11.589
7.04.02.03	Acordos de Leniência/Ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível -ANPC	0	-4.208	-57.792
7.04.02.04	Impairment de ativos	-37.744	0	-307.186
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-50.473	-19.906	-395.259
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	486.219	534.262	95.893
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	477.284	507.373	88.755
7.06.02	Receitas Financeiras	7.989	26.077	6.424
7.06.03	Outros	946	812	714
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	946	812	714
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	435.746	514.356	-299.366
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	435.746	514.356	-299.366
7.08.01	Pessoal	19.482	11.745	12.542
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.850	11.186	12.043
7.08.01.02	Benefícios	335	404	360
7.08.01.03	F.G.T.S.	297	155	139
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	163.227	130.569	106.080
7.08.03.01	Juros	156.175	119.302	94.352
7.08.03.02	Aluguéis	661	475	594
7.08.03.03	Outras	6.391	10.792	11.134
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	58.352	367.806	-423.988
7.08.04.02	Dividendos	58.352	1.319	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	366.487	-423.988
7.08.05	Outros	194.685	4.236	6.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.05.01	Reserva Legal	12.285	278	0
7.08.05.02	Reserva - Orçamento de capital	175.058	0	0
7.08.05.03	Dividendos adicionais propostos	0	3.958	0
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	7.342	0	6.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	18.108.909	16.393.894	11.093.640
1.01	Ativo Circulante	2.066.402	2.593.505	1.750.088
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.379.459	2.070.271	1.342.219
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.379.459	2.070.271	1.342.219
1.01.02	Aplicações Financeiras	119.291	168.272	114.323
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	119.291	168.272	114.323
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	71.256	67.731	62.532
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras	48.035	100.541	51.791
1.01.03	Contas a Receber	325.537	204.197	183.607
1.01.03.01	Clientes	325.537	204.197	183.607
1.01.06	Tributos a Recuperar	96.401	62.323	58.456
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	96.401	62.323	58.456
1.01.07	Despesas Antecipadas	26.175	18.994	13.443
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	26.175	18.994	13.443
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	119.539	69.448	38.040
1.01.08.03	Outros	119.539	69.448	38.040
1.01.08.03.01	Outros Créditos	101.929	59.066	26.082
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	334	364	1
1.01.08.03.05	Outros créditos - Venda participação	17.276	10.018	11.957
1.02	Ativo Não Circulante	16.042.507	13.800.389	9.343.552
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.116.032	1.917.846	754.862
1.02.01.07	Tributos Diferidos	355.223	259.433	252.704
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	355.223	259.433	252.704
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	0	1.645	6.087
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.760.809	1.656.768	496.071
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	165.963	206.283	209.082
1.02.01.10.04	Outros créditos	14.961	17.585	20.642
1.02.01.10.05	Aplicações Financeiras - Conta Reserva	113.728	75.101	64.957
1.02.01.10.06	Tributos a Recuperar	15.857	16.216	15.558

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda participação	20.156	41.297	51.554
1.02.01.10.08	Ativo sujeito à indenização	304.578	227.669	134.278
1.02.01.10.09	Outros créditos - Conta reserva - ANTT	1.125.566	1.072.617	0
1.02.02	Investimentos	0	0	166
1.02.02.01	Participações Societárias	0	0	166
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	0	0	166
1.02.03	Imobilizado	391.636	434.860	433.083
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	391.636	434.860	433.083
1.02.04	Intangível	13.534.839	11.447.683	8.155.441
1.02.04.01	Intangíveis	13.534.839	11.447.683	8.155.441

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	18.108.909	16.393.894	11.093.640
2.01	Passivo Circulante	3.300.389	4.081.087	2.518.699
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	106.968	87.317	86.540
2.01.01.01	Obrigações Sociais	106.968	87.317	86.540
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	106.968	87.317	86.540
2.01.02	Fornecedores	281.774	220.801	135.521
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	281.774	220.801	135.521
2.01.02.01.01	Fornecedores	270.251	205.598	135.521
2.01.02.01.02	Risco Sacado	11.523	15.203	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	120.441	71.725	78.174
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	120.441	71.725	78.174
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	45.385	18.076	24.970
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	75.056	53.649	53.204
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.250.024	3.208.626	1.602.035
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	106.979	1.353.123	485.975
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	106.979	1.353.123	485.975
2.01.04.02	Debêntures	2.091.793	1.837.935	1.092.648
2.01.04.02.01	Debêntures	2.091.793	1.837.935	1.092.648
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	51.252	17.568	23.412
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	51.252	17.568	23.412
2.01.05	Outras Obrigações	427.419	360.118	352.669
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	96.857	36.080	9.888
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	96.857	36.080	9.888
2.01.05.02	Outros	330.562	324.038	342.781
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	58.352	1.319	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	118.448	100.831	93.086
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	100.393	105.563	114.774
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	8.222	9.949	10.601
2.01.05.02.08	Acordo de Leniência	6.866	82.951	97.870

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.01.05.02.09	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	38.281	23.425	26.450
2.01.06	Provisões	113.763	132.500	263.760
2.01.06.02	Outras Provisões	113.763	132.500	263.760
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	94.792	95.143	262.142
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras	18.971	37.357	1.618
2.02	Passivo Não Circulante	12.289.840	9.982.769	8.518.760
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.395.318	6.776.812	6.896.482
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.888.302	1.530.145	2.539.369
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.888.302	1.530.145	2.539.369
2.02.01.02	Debêntures	7.403.938	5.238.418	4.340.123
2.02.01.02.01	Debêntures	7.403.938	5.238.418	4.340.123
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	103.078	8.249	16.990
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	103.078	8.249	16.990
2.02.02	Outras Obrigações	2.304.343	2.698.547	1.149.760
2.02.02.02	Outros	2.304.343	2.698.547	1.149.760
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	1.979.600	2.503.885	910.275
2.02.02.02.04	Outras Contas a pagar	163.903	129.195	108.054
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas	13.651	21.084	26.218
2.02.02.02.06	Acordo de Leniência	7.607	10.459	84.186
2.02.02.02.07	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	139.582	33.924	21.027
2.02.03	Tributos Diferidos	39.613	6.489	1.551
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	39.613	6.489	1.551
2.02.04	Provisões	550.566	500.921	470.967
2.02.04.02	Outras Provisões	550.566	500.921	470.967
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	228.905	206.728	193.812
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras	47.748	12.200	38.097
2.02.04.02.06	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	273.913	281.993	239.058
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.518.680	2.330.038	56.181
2.03.01	Capital Social Realizado	2.054.305	2.054.305	360.900

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.03.01.01	Subscrito	2.054.305	2.054.305	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	61.768	61.768	61.768
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-9.387	-9.387	-9.387
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	14.219	14.219	14.219
2.03.02.08	Plano de opção com base em ações	56.936	56.936	56.936
2.03.04	Reservas de Lucros	187.621	4.236	0
2.03.04.01	Reserva Legal	12.563	278	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	3.958	0
2.03.04.10	Orçamento de Capital	175.058	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	0	0	-366.487
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	214.986	209.729	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.061.329	4.651.761	3.999.786
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.134.658	-2.811.871	-2.356.815
3.03	Resultado Bruto	1.926.671	1.839.890	1.642.971
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-384.288	-271.962	-777.234
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-310.954	-278.582	-337.262
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73.334	6.640	-439.968
3.04.05.01	Outros Despesas/Receitas Liquidas	7.678	10.848	1.361
3.04.05.03	Acordo de Nao Persecução Cível - ANPC	0	-4.208	-58.858
3.04.05.04	Impairment de ativos	-81.012	0	-382.471
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-20	-4
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	0	-20	-4
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.542.383	1.567.928	865.737
3.06	Resultado Financeiro	-1.032.092	-915.454	-786.665
3.06.01	Receitas Financeiras	347.062	247.697	62.902
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.379.154	-1.163.151	-849.567
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	510.291	652.474	79.072
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-268.890	-285.212	-497.060
3.08.01	Corrente	-331.556	-287.003	-339.347
3.08.02	Diferido	62.666	1.791	-157.713
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	241.401	367.262	-417.988
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-7.342	0	-6.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-7.342	0	-6.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	234.059	367.262	-423.988
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	245.695	372.042	-423.988
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.636	-4.780	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,3532	0,5826	-0,75994
3.99.01.02	ON	0,34703	0,5826	-0,74918

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,3532	0,5826	-0,75994
3.99.02.02	ON	0,34703	0,5826	-0,74918

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	234.059	367.262	-423.988
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	234.059	367.262	-423.988
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	245.695	372.042	-423.988
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.636	-4.780	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.885.829	1.873.082	1.471.177
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.579.626	2.572.633	2.177.495
6.01.01.01	Lucro/ (prejuízo) operações continuadas	241.401	367.262	-417.988
6.01.01.02	Lucro/ (prejuízo) operações descontinuadas	-7.342	0	-6.000
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	581.212	691.144	547.061
6.01.01.04	Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	30.143	15.090	8.022
6.01.01.05	Capitalização de juros	-252.577	-129.492	-46.907
6.01.01.06	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamen	1.352.672	958.547	623.285
6.01.01.07	Provisão e Atual monetária para perdas cíveis ambientais, perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	97.095	81.048	49.480
6.01.01.08	Provisão e Atual monetária para manutenção e construção de obras	142.425	105.433	151.312
6.01.01.09	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.585	-1.880	1.993
6.01.01.10	Obrigações e variação monetária com Poder Concedente	257.456	286.631	252.606
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-13.563	-3.738	-2.972
6.01.01.12	Tributos diferidos	-62.666	-1.791	157.713
6.01.01.13	Provisão para imposto de renda e contribuição social	331.556	287.003	339.347
6.01.01.14	Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-54.424	-5.848	-2.977
6.01.01.15	Atualização monetária aquisição/venda participação	732	2.604	400
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	0	20	4
6.01.01.17	Provisão outras contas a pagar	0	0	72.614
6.01.01.18	Provisão direito reequilíbrio Ecosul	-78.582	0	0
6.01.01.19	Provisão/Estorno e atual. mon. Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução Cível-ANP	8.400	13.991	68.031
6.01.01.20	Impairment de ativos/Atualização monetária Ativo sujeito a indenização	4.103	-93.391	382.471
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-693.797	-699.551	-706.318
6.01.02.01	Clientes	-122.925	-18.710	-20.851
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-33.719	-4.525	21.374
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-5.538	-1.109	2.842
6.01.02.04	Depósitos judiciais	53.883	6.537	-100
6.01.02.05	Outros créditos	-32.044	-29.927	3.292
6.01.02.06	Fornecedores	60.973	85.280	37.748

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	19.651	777	9.158
6.01.02.08	Partes relacionadas	60.807	25.829	-21.341
6.01.02.09	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.407	445	-606
6.01.02.10	Pagamento de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	-105.175	-38.113	-17.081
6.01.02.11	Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-120.637	-260.833	-124.332
6.01.02.12	Obrigações com Poder Concedente	-100.256	-90.470	-75.993
6.01.02.13	Outras contas a pagar	29.538	11.930	20.642
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-304.247	-293.897	-327.759
6.01.02.15	Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	-115.515	-92.765	-213.311
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.604.681	-3.468.200	-1.052.048
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-169.418	-81.739	-71.139
6.02.02	Aquisição de intangível	-2.516.242	-2.270.686	-1.031.831
6.02.03	Aplicações financeiras	52.506	-48.750	53.887
6.02.04	Aplicações financeiras - conta reserva	12.272	-9.495	-17.596
6.02.07	Investimento em controladas - redução de capital	0	146	80
6.02.09	Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog	16.201	14.941	14.551
6.02.12	Outros Créditos - Conta reserva - ANTT - Ecovias dos Araguaia	0	-1.072.617	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	28.040	2.323.170	-933.158
6.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio pagos	-5.277	0	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-2.858.509	-2.738.570	-2.889.317
6.03.03	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	-1.337.693	-622.757	-619.120
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	4.321.673	3.876.351	2.646.049
6.03.05	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-96.837	-88.633	-84.486
6.03.07	Aporte de Capital	0	1.693.405	0
6.03.08	Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-12.210	-11.135	-10.327
6.03.09	Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - stock options	0	0	24.818
6.03.10	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	0	-775
6.03.11	Aporte de Capital não controladores	16.893	214.509	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-690.812	728.052	-514.029

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.070.271	1.342.219	1.856.248
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.379.459	2.070.271	1.342.219

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	171.100	-175.058	0	-3.958	16.893	12.935
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	16.893	16.893
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.958	0	0	-3.958	0	-3.958
5.04.08	Reserva de orçamento de capital	0	0	175.058	-175.058	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	245.695	0	245.695	-11.636	234.059
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	245.695	0	245.695	-11.636	234.059
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.285	-70.637	0	-58.352	0	-58.352
5.06.04	Reserva Legal	0	0	12.285	-12.285	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por ação)	0	0	0	-58.352	0	-58.352	0	-58.352
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	187.621	0	0	2.303.694	214.986	2.518.680

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405	214.509	1.907.914
5.04.01	Aumentos de Capital	1.693.405	0	0	0	0	1.693.405	214.509	1.907.914
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	372.042	0	372.042	-4.780	367.262
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	4.236	-5.555	0	-1.319	0	-1.319
5.06.04	Reserva Legal	0	0	278	-278	0	0	0	0
5.06.05	Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,08 por ação)	0	0	0	-1.319	0	-1.319	0	-1.319
5.06.06	Dividendo adicional proposto	0	0	3.958	-3.958	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.054.305	61.768	4.236	0	0	2.120.309	209.729	2.330.038

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	36.950	242.961	-185.460	0	455.351	0	455.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.04.08	Exercício plano de opções de ações	0	24.818	0	0	0	24.818	0	24.818
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-423.988	0	-423.988	0	-423.988
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-423.988	0	-423.988	0	-423.988
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-242.961	242.961	0	0	0	0
5.06.07	Absorção do prejuízo	0	0	-242.961	242.961	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	360.900	61.768	0	-366.487	0	56.181	0	56.181

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.714.674	5.281.455	4.524.651
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.458.392	3.463.568	3.023.853
7.01.02	Outras Receitas	767.311	654.453	519.326
7.01.02.01	Outras Receitas	111.062	108.602	96.134
7.01.02.02	Portuárias	622.855	518.730	390.829
7.01.02.03	Logística	33.394	27.121	32.363
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.488.971	1.163.434	981.472
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.569.801	-2.159.352	-1.925.624
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.197.562	-1.797.485	-1.549.356
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-148.796	-147.321	-207.281
7.02.04	Outros	-223.443	-214.546	-168.987
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.144.873	3.122.103	2.599.027
7.04	Retenções	-662.224	-695.352	-988.390
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-581.212	-691.144	-547.061
7.04.02	Outras	-81.012	-4.208	-441.329
7.04.02.03	Acordos de Não Persecução Cível - ANPC	0	-4.208	-58.858
7.04.02.04	Impairment de ativos	-81.012	0	-382.471
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.482.649	2.426.751	1.610.637
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	354.740	258.525	64.259
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-20	-4
7.06.02	Receitas Financeiras	347.062	247.697	62.902
7.06.03	Outros	7.678	10.848	1.361
7.06.03.01	Outras receitas (despesas), líquidas	7.678	10.848	1.361
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.837.389	2.685.276	1.674.896
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.837.389	2.685.276	1.674.896
7.08.01	Pessoal	500.505	440.488	376.745
7.08.01.01	Remuneração Direta	392.920	335.706	286.004
7.08.01.02	Benefícios	84.807	82.549	73.554
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.778	22.233	17.187

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	698.792	700.360	852.938
7.08.02.01	Federais	484.286	490.482	672.070
7.08.02.02	Estaduais	0	3	4
7.08.02.03	Municipais	214.506	209.875	180.864
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.396.691	1.177.166	863.201
7.08.03.01	Juros	839.308	508.705	436.970
7.08.03.02	Aluguéis	17.537	14.015	13.634
7.08.03.03	Outras	539.846	654.446	412.597
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	46.716	363.026	-423.988
7.08.04.02	Dividendos	58.352	1.319	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	366.487	-423.988
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-11.636	-4.780	0
7.08.05	Outros	194.685	4.236	6.000
7.08.05.01	Reserva Legal	12.285	278	6.000
7.08.05.02	Reserva - Orçamento de capital	175.058	0	0
7.08.05.03	Dividendos adicionais propostos	0	3.958	0
7.08.05.04	Resultado de operações descontinuadas	7.342	0	0



RELATÓRIO DA

ADMINISTRAÇÃO

2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

PERFIL

A EcoRodovias é um dos maiores grupos de concessões rodoviárias do Brasil, responsável pela operação de dez concessionárias que somam mais de 4.100 quilômetros de rodovias. Em 2022, trafegaram mais de 402,7 milhões de veículos equivalentes pelas rodovias administradas pela EcoRodovias. Adicionalmente, o Grupo detém o Ecoporto, localizado no Porto de Santos.

ESTRUTURA ACIONÁRIA

A EcoRodovias tem suas ações listadas no segmento Novo Mercado, nível mais alto de governança corporativa da B3.

Em 2021, em decorrência de uma oferta pública de ações da Companhia, a ASTM, segundo maior grupo operador de rodovias do mundo, com uma malha de rodovias de cerca de 5.600 km sob gestão na Itália, Brasil e Reino Unido, passou a deter participação acionária indireta na Companhia. Em 2022, a estrutura acionária da EcoRodovias era distribuída entre 51,9% de participação pela ASTM e 48,1%, *free float*.

DESTAQUES 2022

Em fevereiro, a Companhia conquistou a extensão para 2022 da Certificação Internacional ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno, sendo que também ocorreu essa extensão em 2023.

Em março, a EcoRodovias realizou a revisão dos regimentos internos e das políticas corporativas para fortalecer a governança corporativa e adequá-las ao Regulamento do Novo Mercado da B3.

Em março, a Ecovias dos Imigrantes celebrou o Termo Aditivo Modificativo nº 20/2022, o qual estendeu o prazo do contrato de concessão até janeiro de 2034 em função de execução de obras e serviços.

Em abril, as ações da EcoRodovias mantiveram-se pelo 3º ano consecutivo (desde a criação do índice) no Índice de Resiliência Climática do CDP na carteira de 2022.

Em maio, a EcoRodovias Concessões e Serviços venceu o leilão de concessão do Sistema Rio Valadares, para exploração por 30 anos, composto pelas BR-116/465/493/RJ/MG, incluindo o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e o trecho da Serra de Teresópolis, totalizando 726,9 km de extensão.

Em junho, a Eco135 assinou o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão que prevê a incorporação do Anel Viário de Montes Claros, exclusão de trecho urbano e desconto integral da outorga pelo prazo de 30 meses.

Em julho, a Eco101 protocolou junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do contrato de concessão.

Em setembro, a EcoRodovias Concessões e Serviços venceu o leilão de concessão do Sistema Rodoviário Lote Noroeste, para exploração por 30 anos, composto pelos trechos atualmente operados pela AB Triângulo do Sol e TEBE, totalizando 601 km de extensão.

Em setembro, a EcoRioMinas (Sistema Rodoviário Rio de Janeiro (RJ) – Governador Valadares (MG)), iniciou a cobrança de pedágio nas praças Engenheiro Pierre Berman, Santa Guilhermina e Santo Aleixo, que representam, em conjunto, cerca de 34% da receita de pedágio total.

Em setembro, a Ecovias dos Imigrantes assinou o Termo Aditivo Modificativo nº 021/2022 que estabelece a implantação de ciclovia e passarela entre o km 38 e o km 42 da Rodovia dos Imigrantes, mediante prorrogação de prazo de 21 dias, com término da concessão em 11 de fevereiro de 2034.

Em outubro, a Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio, conjuntamente e em sua totalidade, nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO.

Em novembro, foi publicado no DOESP a decisão do conselho diretor da ARTESP, que reconheceu o desequilíbrio contratual da Ecopistas causado pelo acréscimo da obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto do trecho de Taubaté. O valor presente líquido (VPL) reconhecido é de R\$ 52,9 milhões (base: julho/2008) e o valor atualizado, R\$ 476,9 milhões (base: julho/2022). A Agência dará continuidade ao trâmite processual para definição da modalidade de reequilíbrio e formalização do respectivo Termo Aditivo.

PROGRAMA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Em 2022, a EcoRodovias intensificou o seu programa de transformação digital destinado à eficiência operacional e corporativa. No ano, a Companhia destaca o foco concentrado na eficiência operacional de arrecadação de pedágio, cujas iniciativas estão distribuídas, principalmente, entre a arrecadação de pedágio por autoatendimento (cartões de débito ou crédito) e por meios digitais nas praças de pedágio (cartões de débito, crédito e carteiras digitais). O autoatendimento é uma operação realizada pelo usuário de forma independente para pagamento da tarifa de pedágio. Atualmente, há 18 cabines em operação e 20 em implantação. No momento, a arrecadação por autoatendimento está disponível somente para a cobrança de veículos leves. A cobrança para veículos pesados está em período de testes.

Adicionalmente, a EcoRodovias destaca a iniciativa concentrada na eficiência operacional e comunicação, cujas iniciativas estão distribuídas entre o atendimento aos usuários pelo aplicativo WhatsApp (*chatbot*) e o *website* SOS Navegue Grátis. O atendimento via WhatsApp é realizado por meio de inteligência artificial onde é possível obter informações sobre condições de tráfego, solicitar serviços de emergência mecânico e médico, entre outros. Esse novo serviço é mais um canal de atendimento para facilitar o acesso dos usuários às concessionárias em qualquer necessidade nas rodovias administradas pela EcoRodovias. O *website* SOS Navegue Grátis (disponível na Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas) permite chamadas de emergência sem o consumo de dados do usuário 3G/4G. O Programa de Transformação Digital tem o propósito de maximizar valor, de forma ágil, com foco na eficiência digital, impulsionado pelo protagonismo, orientado a dados e tecnologia aplicada.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

Em 2022, o tráfego consolidado apresentou redução de 2,1% devido ao encerramento dos contratos de concessão da Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas em novembro/21. Os veículos pesados apresentaram redução de 4,3% e os veículos leves, aumento de 1,0%.

O tráfego consolidado comparável apresentou crescimento de 4,7%, sendo que os veículos pesados apresentaram crescimento de 3,8% e os veículos leves de 5,8%, desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia, assim como, o encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021.

A tarifa média consolidada apresentou redução de 0,4% em 2022 devido ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021. Desconsiderando o início da cobrança de pedágio pela Ecovias do Cerrado, EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia, assim como, o encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021, a tarifa média comparável apresentou aumento 8,9% em 2022.

Ecoporto Santos

A operação de cais apresentou crescimento de 2,3% em 2022 e a operação de armazenagem, 22,5%.

RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$6.714,7 milhões em 2022, aumento de 27,1% em relação a 2021. Excluindo a receita de construção, a receita bruta atingiu R\$4.225,7 milhões, aumento de 2,6% em relação a 2021 devido, principalmente, ao crescimento do tráfego, reajustes das tarifas de pedágio e crescimento das operações do Ecoporto.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2022, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$4.445,6 milhões, aumento de 43,8% em relação a 2021. Os custos caixa, excluindo a depreciação e amortização, provisão para manutenção e custos de construção apresentaram aumento de 7,7% em relação a 2021 devido, principalmente, ao incremento em pessoal, em função da provisão de participação nos resultados (PLR), reajustes salariais e provisão de rescisões trabalhistas e em poder concedente, devido ao aumento das outorgas variáveis na Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas e Ecosul, em função do crescimento da receita de pedágio. (detalhes sobre os custos comparáveis estão disponíveis nos Releases de Resultados Trimestrais, no [website www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri)).

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA atingiu R\$2.123,6 milhões em 2022, redução de 6,0% em relação a 2021, devido ao encerramento dos contratos de concessão da Ecocataratas e Ecovia Caminho do Mar em novembro de 2021 e a margem EBITDA atingiu 35,0%. O EBITDA Ajustado, excluindo a receita e custo de construção, provisão para manutenção, *impairment* de ativos (terrenos) e o efeito retroativo não-recorrente do reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul de 2021, atingiu R\$2.305,1 milhões, redução de 0,9% e a margem EBITDA ajustada, 64,5%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2022	2021	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas controladores	245,7	372,0	-34,0%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Acionistas não controladores	(11,6)	(4,8)	n.m.
Lucro Líquido	234,1	367,3	-36,3%
(+) Lucro Líquido das Operações Descontinuadas	7,3	-	n.m.
Lucro Líquido Operações Continuadas	241,4	367,3	-34,3%
(+) Depreciação e Amortização	581,2	691,1	-15,9%
(+) Resultado Financeiro	1.032,1	915,5	12,7%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	268,9	285,2	-5,7%
EBITDA¹	2.123,6	2.259,1	-6,0%
MARGEM EBITDA¹	35,0%	48,6%	-13,6 p.p.
(+) Acordo de Não Persecução Cível	-	4,2	n.m.
(+) <i>Impairment</i> de ativos	81,0	-	n.m.
(-) Efeito retroativo não-recorrente do reajuste da Ecosul de 2021	(12,9)	-	n.m.
(+) Provisão para Manutenção	113,3	63,7	77,9%
EBITDA AJUSTADO²	2.305,1	2.327,0	-0,9%
MARGEM EBITDA AJUSTADA²	64,5%	66,7%	-2,2 p.p.

1) EBITDA calculado conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2) Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção, Acordo de Não Persecução Cível, *impairment* de ativos e o efeito retroativo não-recorrente do reajuste tarifário da Ecosul de 2021.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$1.032,1 milhões negativos em 2022, aumento de 12,7% em relação a 2021 devido, principalmente, ao incremento dos juros sobre debêntures em função do aumento do CDI e do endividamento bruto.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2022, a EcoRodovias apresentou lucro líquido destinado aos acionistas controladores de R\$245,7 milhões, redução de 34,0% em relação a 2021. O lucro líquido recorrente, excluindo atualização monetária dos acordos, *impairment* de ativos (terrenos), efeito retroativo não-recorrente do reajuste das tarifas de



pedágio da Ecosul de 2021 e operação descontinuada, totalizou R\$322,3 milhões em 2022, redução de 15,5% quando comparado com 2021.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2022 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$1.612,5 milhões e dívida bruta de R\$11.491,0 milhões,

A dívida com o poder concedente era de R\$2.098,0 milhões em dezembro de 2022 devido, principalmente, à outorga da Eco135, que será paga até o final dessa concessão (junho/2048) e as obrigações da Ecovias do Araguaia.

A dívida líquida, desconsiderando os arrendamentos a pagar e a dívida com o poder concedente, encerrou o ano em R\$9.878,5 milhões. O indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado foi de 4,3x, excluindo a receita e custo de construção, provisão para manutenção, *impairment* de ativos (terrenos) e o efeito retroativo não-recorrente do reajuste das tarifas de pedágio da Ecosul de 2021.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide notas explicativas.

INVESTIMENTOS

Os investimentos, compostos pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, totalizaram R\$3.058,9 milhões em 2022. Os principais investimentos destinaram-se à: implantação de prédios operacionais (praças de pedágio e bases operacionais) e obras de conservação especial de pavimento na Ecovias do Araguaia; obras de duplicação e conservação especial de pavimento na Eco135 e Eco101 e faixas adicionais, melhorias em intersecções e acessos e obras de conservação especial do pavimento na Ecovias do Cerrado.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da EcoRodovias, listadas no Novo Mercado da B3 sob o código ECOR3, encerraram o ano cotadas a R\$4,45. O volume financeiro médio diário das ações da EcoRodovias negociadas em 2022 foi de R\$33,9 milhões. O total de ações ordinárias é de 696.334.224 ações e o valor de mercado em 31/12/2022 era de R\$3,1 bilhões.

Pelo 12º ano consecutivo, as ações da EcoRodovias fazem parte da carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. A Companhia possui uma estrutura interna para analisar as melhores práticas das dimensões governança corporativa, ambiental, social, mudanças climáticas, financeiras e sustentabilidade, dentre outras avaliadas pelo índice, a fim de melhorar continuamente seu desempenho. O ISE busca informações e programas como inclusão de ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em Inglês) nas estratégias dos negócios, nível de atenção à diversidade, bem como compromissos e resultados relacionados às questões climáticas.

As ações da EcoRodovias integram o Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da B3, composto pelas ações das companhias participantes do índice IBRX 100 que adotam práticas transparentes em relação às suas emissões de gases de efeito estufa (GEE).

As ações da EcoRodovias integram os principais índices do mercado de ações brasileiro (IBOV, IBRA, IBXX, ICO2, IGCT, IGC, IGC-NM, ISE, ITAG, SMLL).

ATUAÇÃO ESG ECORODOVIAS

A EcoRodovias tem o compromisso de promover iniciativas que contribuam com o desenvolvimento sustentável garantindo a manutenção do negócio a longo prazo e auxiliando na construção de uma sociedade mais justa, economicamente viável e ambientalmente correta por meio de programas estruturados relacionados à Sustentabilidade. Mantém em suas diretrizes o foco no desenvolvimento



sustentável por meio de sua Visão, Missão e Valores, tendo como princípios a ética, transparência, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

A Companhia publica anualmente o Relatório Integrado, principal ferramenta para reportar indicadores ambientais, sociais e de governança com resultados alcançados em temas materiais, selecionados após consulta com os principais *stakeholders*. A adesão ao padrão do *Global Reporting Initiative* (GRI) - adotado desde 2009 em adição as diretrizes de Relato Integrado (<IR>) do *Value Reporting Council* - visa tornar mais clara a conexão ESG com o modelo de negócio da Companhia. A EcoRodovias acredita que parte de sua responsabilidade de criação de valor se faz no estabelecimento de uma relação de confiança com seus *stakeholders*.

Como reflexo dos esforços em manter padrões internacionalmente reconhecidos de Qualidade, Meio Ambiente e de Saúde e Segurança, todas as concessionárias da Companhia, com exceção das mais novas - Ecovias do Araguaia e EcoRioMinas, possuem as certificações ISO 9001 (qualidade), ISO 14001 (meio ambiente), ISO 45001 (saúde e segurança) e ISO 39001 (segurança viária). Adicionalmente, a EcoRodovias possui a certificação internacional ISO37001 - Sistema de Gestão Antissuborno.

A atuação ambiental, social e de governança são direcionados pela Política de Diretrizes de Sustentabilidade e por diretrizes internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas. O Pacto Global é uma iniciativa desenvolvida com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção refletidos em 10 princípios. A Companhia é signatária do Pacto desde 2014 e em 2020, tornou-se participante. Além disso, a Companhia aderiu, por meio de programas e metas, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, totalizando 17 compromissos e mais de 160 metas a serem adotadas por organizações de todo o planeta, a fim de contribuir para a melhoria dos padrões de vida da sociedade. Em 2022, a EcoRodovias atualizou os objetivos mais relevantes para seu negócio e sua estratégia em sustentabilidade, selecionando cinco ODS prioritários.

A Companhia participa ainda de fóruns de Sustentabilidade, como o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), associação civil sem fins lucrativos, que reúne diversas empresas para a promoção do desenvolvimento sustentável no país, pela articulação junto aos governos e sociedade civil. Ao se associar a essa iniciativa, a EcoRodovias tem a possibilidade de participar das principais discussões sobre o tema no Brasil, contribuindo para a formulação de políticas e engajamento da sociedade.

Um reconhecimento importante da sua atuação ESG é a presença, pelo 12º ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, que seleciona as empresas com o melhor desempenho em critérios de sustentabilidade, como governança corporativa, compromissos com a comunidade, estratégia ambiental e climática, entre outros. A EcoRodovias utiliza o ISE não apenas como balizador de seu desempenho ESG, mas também como modelo de gestão, a fim de aprimorar suas práticas e inserir a sustentabilidade na rotina de suas atividades.

Abaixo, as principais iniciativas ESG da Companhia:

AMBIENTAL

Mudanças Climáticas

Para manter o reconhecimento na categoria Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol, a EcoRodovias mantém um intenso trabalho de identificação do nível de emissão de gases de efeito estufa por meio da realização de inventários de emissão que contempla todas as concessionárias do Grupo.

Desde 2013, o Grupo EcoRodovias compensa todas as suas emissões diretas de escopo 1 e indiretas de escopo 2 pela compra de créditos de carbono.

Em 2022, a Companhia construiu o seu plano de descarbonização, buscando estabelecer iniciativas para reduzir significativamente as suas emissões de gases de efeito estufa até 2030. Além disso, já vem implementando diversas ações para reduzir suas emissões, com destaque na implantação de usinas fotovoltaicas nas praças de pedágio.

CDP

A Companhia também responde ao CDP – *Disclosure, Insight, Action*, uma iniciativa promovida por investidores institucionais que consiste no envio de informações transparentes sobre governança climática pelas maiores empresas de capital aberto do mundo com o objetivo de adequar as futuras decisões de investimentos à economia de baixo carbono, com transparência das informações. Em 2022, a EcoRodovias obteve a pontuação B.

ICO2

A EcoRodovias está presente no ICO2 – Índice de Carbono Eficiente da B3. Esse é um importante reconhecimento para as empresas que apresentam as melhores políticas e transparência relacionadas à gestão de carbono.

Social

A EcoRodovias trabalha o tema social em duas frentes: público interno, com destaque para ações de diversidade, saúde e segurança voltadas para os colaboradores e público externo, com foco especial nas comunidades lindeiras e nos usuários das rodovias sob sua concessão.

Em relação ao público externo, em 2022, a EcoRodovias investiu R\$9,0 milhões em projetos incentivados, além de R\$1,7 milhão em investimento social privado em sete estados brasileiros. Esses projetos são relacionados às áreas de cultura, cuidado com os idosos, melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes, incentivo ao esporte, sendo os mais relevantes:

Projetos com incentivos fiscais

Ecoviver

Criado em 2006, o projeto tem o objetivo de sensibilizar professores e alunos de escolas públicas para o desenvolvimento de um novo olhar sobre o território em que vivem, abordando questões como sustentabilidade, segurança viária e melhoria da qualidade de vida. Também promove reflexão e debate sobre questões da atualidade, por meio de intervenções artísticas na escola, na comunidade ou no bairro, estimulando a criatividade e fomentando a arte e a cultura. Em 2022, o projeto beneficiou 33 mil alunos e 960 professores em 290 escolas públicas de 26 cidades em sete estados. Desde sua implementação, o projeto já beneficiou mais de 550 mil estudantes e mais de 21 mil professores em sete estados.

De Bem com a Via

Com um foco socioeducativo, o projeto consiste em um caminhão itinerante de teatro que atende crianças, adolescentes e moradores de regiões em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa é focada em

conscientizar o público infantil sobre cuidados para segurança nas estradas, de forma lúdica e divertida. Após os espetáculos são realizadas atividades de vivência em uma minipista, onde as crianças podem colocar em prática tudo o que aprenderam. Em 2022, o projeto foi realizado nas cidades de Uruaçu/GO e Aliança do Tocantins/TO, totalizando 38 sessões de teatro para um público de 1.105 espectadores.

Projetos com recursos próprios:

Projeto Viveiro de Mudas

Criado em outubro 2008, o projeto é realizado com objetivo de capacitar jovens com deficiência intelectual. O viveiro de mudas une a necessidade de produzir mudas para compensação ambiental, ao trabalho de responsabilidade social da empresa. As mudas nativas da Mata Atlântica são utilizadas em projetos paisagísticos e na compensação ambiental das obras. Em 2012, foi premiado na 9ª edição do *Benchmarking Ambiental Brasileiro*, um dos mais importantes reconhecimentos da área de Sustentabilidade no país. Em 2018, foi reconhecido mundialmente no prêmio “Boas práticas de empregabilidade para trabalhadores com deficiência”, promovido pela Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), na categoria “Protagonismo” por contribuir com a mudança na vida dos profissionais que fazem parte do programa. Em 2022, o Viveiro distribuiu 230 mudas nativas para ações de plantio e educação ambiental.

Programa Capacitar

Criado em 2012, o Programa proporciona qualificação profissional e gratuita para aumentar a empregabilidade e a inclusão social de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social no entorno das rodovias. Em 2015, obteve o reconhecimento pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), e foi incluso no 1º relatório com 19 casos de sucesso em modelos de negócio inclusivo de alta *performance* em desenvolvimento. Em 2022, o projeto capacitou 46 pessoas e a EcoRodovias contratou cinco.

Desde 2012 foram capacitadas mais de 700 pessoas em situação de vulnerabilidade social, dentre eles moradores das comunidades lindeiras, reeducados do sistema prisional, refugiados, PCDs jovens e população trans.

Papai Noel Existe

O projeto tem a missão de transformar todos os colaboradores e parceiros de negócios da EcoRodovias em ajudantes do Papai Noel. Desde 2006, substituiu os tradicionais presentes e cartões de Natal que eram enviados a fornecedores e funcionários por um convite para responder uma carta escrita por uma criança para a figura tradicional do Natal.

No projeto, os voluntários escrevem a carta de Natal e a EcoRodovias doa os presentes escolhidos. Temos como premissa a escolha de brinquedos sustentáveis e educativos, para auxiliar crianças no desenvolvimento motor, intelectual, visual e auditivo. Atendemos, em 2022, mais 25 mil crianças de 104 instituições em 35 cidades, em seis estados do Brasil. Desde o início da campanha, cerca de 200 mil crianças já foram atendidas e presenteadas com os brinquedos no Natal.

Iniciativas e campanhas apoiadas pelo Grupo EcoRodovias

Programa Na Mão Certa

A EcoRodovias participa do Programa na Mão Certa desde 2016, tendo a primeira unidade do Grupo aderido ao Programa em 2007. Ao longo dos anos, as demais unidades aderiram ao programa e, hoje,



100% do Grupo é adepto ao Na Mão Certa. Essa iniciativa reforça o comprometimento com o Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

A EcoRodovias tem dedicado seus canais internos e externos de comunicação para disseminar informações e orientar seus colaboradores, fornecedores e parceiros sobre como atuar como um agente de proteção de crianças e adolescentes na prevenção e no enfrentamento de possíveis ocorrências de exploração sexual.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 2022, a EcoRodovias buscou referências nas melhores práticas de governança corporativa e de *compliance*. Foram implementadas novas políticas em atendimento às exigências do Regulamento do Novo Mercado da B3, sempre com o intuito de aprofundar o entendimento da perspectiva dos investidores aos seus valores de integridade e sustentabilidade na condução e estratégia dos negócios.

Demonstrando que esses valores da Companhia estão integrados com sua estratégia de negócios, a Companhia buscou ser protagonista e liderar pelo exemplo na incorporação de critérios ambientais, sociais e de governança em sua estratégia, inserindo temas relevantes como incentivo à Diversidade e Inclusão, participação em treinamentos obrigatórios de *compliance* e redução da emissão de poluentes no meio ambiente.

Assim, tomou a decisão de incorporar indicadores ESG como parte da apuração das metas corporativas de seus colaboradores para 2022, demonstrando o propósito claro de impactar positivamente a sociedade, com foco no sólido relacionamento com seus *stakeholders* e boas práticas de governança corporativa.

Dentro das melhores práticas adotadas pela Companhia, merece destaque o programa de Gestão de Riscos, Controles Internos, Segurança da Informação e LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) que durante os últimos anos adotou diversas iniciativas para aperfeiçoamento da governança, considerando diretrizes e responsabilidades a serem observadas pelo Grupo, de forma a realizar a identificação, avaliação, priorização, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos.

Destaca-se também ao longo de 2022 a adoção de diversas iniciativas de aprimoramento no Programa de Ética – Sistema de Integridade (PE-SI), dentre elas a criação da Diretoria de *Compliance*, com linha de reporte direta ao Comitê de Auditoria, a manutenção da certificação ISO37001 - Sistema de Gestão Antissuborno para as *holdings* do Grupo e a conquista do Selo Infra + Integridade, iniciativa do Ministério da Infraestrutura que reconhece empresas do setor que possuem boas práticas de governança, ética e sustentabilidade.

Como resultado do compromisso contínuo em promover uma cultura focada na integridade corporativa foi realizado o treinamento relacionado à temas anticorrupção e antissuborno específico para os Membros do Conselho de Administração.

Na EcoRodovias, o objetivo da governança é contribuir de forma contínua para a criação de valor para seus acionistas, respeitando os relacionamentos com os *stakeholders* com transparência, credibilidade e impacto positivo na sociedade.

Em 2022, a Companhia passou por um processo de transformação empresarial, iniciado na Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 27 de abril de 2022, que aprovou a simplificação do Estatuto Social, extinguindo diversas diretorias estatutárias e deixando a critério do Conselho de Administração definir as funções, atribuições e composição da diretoria estatutária, conforme a necessidade dos negócios da

Companhia. O Conselho de Administração avaliou o momento atual e os desafios da Companhia e adotou as premissas para promover uma nova estrutura organizacional enxuta, ágil e eficiente.

A Companhia também reforçou a estrutura do Comitê de Auditoria. A partir de dezembro de 2022, o Comitê de Auditoria da Companhia passou a ser considerado Comitê de Auditoria Estatutário, para fins da Resolução CVM 23/2021.

A Companhia também realizou, por assessoria independente, a avaliação periódica do Conselho de Administração, importante ferramenta de melhoria contínua. O trabalho abrangeu uma avaliação 360° do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, da Diretoria e da Secretaria de Governança.

Dessa forma, a Companhia segue acreditando que a adoção e fortalecimento das boas práticas de governança contribuirá para o sucesso, sustentabilidade e a prosperidade de seus negócios.

GESTÃO DE PESSOAS

O principal objetivo em gestão de pessoas é contribuir para o alcance dos resultados da EcoRodovias, pelo engajamento, desenvolvimento, saúde e bem-estar dos colaboradores, além de promover um ambiente diverso e inclusivo, alinhado às melhores práticas de gestão que proporcione a geração de ideias inovadoras que possam alavancar os resultados do Grupo.

Em 2022, superamos o desafio de integrar duas novas concessões ao Grupo, nomeadamente, a Ecovias do Araguaia e a EcoRioMinas, contemplando novas admissões para a EcoRodovias e gerando oportunidades de emprego nas regiões de Goiás, Tocantins e Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Em 2022, nossa estratégia foi direcionada em ações relacionadas às principais oportunidades de melhorias identificadas por pesquisa de engajamento: motivação, capacitação, responsabilização e captura de ideias externas. Como destaque podemos citar a “Semana da Carreira”, evento realizado em parceria com instituições de ensino e palestrantes convidados com o objetivo de estimular e promover o desenvolvimento dos nossos colaboradores. Iniciamos o programa de “Desenvolvimento de Influenciadores”, que tem como objetivo desenvolver líderes informais nos times operacionais. Ainda com o objetivo de acelerar o desenvolvimento das equipes operacionais, desenvolvemos trilhas de aprendizagem com temas ligados ao aperfeiçoamento das rotinas de trabalho, além do “RH Presente”, que consiste em conversas da equipe de recursos humanos com nossos times para mapeamento de oportunidades. Realizamos reuniões ao longo de nove mil quilômetros percorridos para ouvir presencialmente nossos colaboradores e avaliar principais necessidades para melhoria do clima organizacional e bem-estar de todos. Houve ainda uma reformulação do programa “Café com o Diretor” que foi ampliado aos nossos colaboradores da operação. Houve também a intensificação do recrutamento interno, gerando mais visibilidade das oportunidades e, como resultado, 38 pessoas foram promovidas neste processo.

Adicionalmente, aplicamos uma pesquisa sobre Ética e Integridade, onde a favorabilidade (respostas positivas) sobre as questões foi de 84%, demonstrando que as ações realizadas em relação a esta agenda estão aderentes e inseridas na cultura da EcoRodovias. Realizamos ainda o Censo de Diversidade e Inclusão, com 76% de respondentes. Destes, 88% declararam que podem ser autênticos no seu dia a dia na Companhia, independentemente da sua idade, deficiência, raça, identidade de gênero ou orientação sexual.

Alinhado ao mapa estratégico, atuamos fortemente no objetivo de desenvolver, reter e atrair equipes diversificadas e de alto desempenho, com prontidão para suportar as operações e o crescimento. Destaque para a revisão do nosso modelo de competências atrelados aos valores corporativos e

desdobramento junto às nossas lideranças, reforçando os comportamentos esperados para o fortalecimento da nossa cultura organizacional.

Concluímos o ciclo anual de Avaliação de Competências e Sucessão, uma importante etapa do Ciclo de Desempenho, que permite a identificação de talentos, profissionais-chave e sucessores, assim como contribui para direcionar ações para a construção de planos de retenção e desenvolvimento, mitigando riscos de perda de profissionais e preparando a Companhia para o crescimento. Entre setembro e dezembro, houve 17 movimentações para posições de liderança decorrentes do nosso mapeamento sucessório.

No programa de desenvolvimento de líderes e sucessores, concluímos a 3ª edição do programa Construindo o Futuro, voltado ao desenvolvimento de *softs skills* para potenciais sucessores. Foram 20 colaboradores capacitados e destes, sete foram promovidos, sendo quatro para posições de liderança. Realizamos também a reciclagem e formação de mentores com gerentes e diretores da Companhia. Com isto, a EcoRodovias possui, atualmente, mais de 60 líderes prontos para apoiar na aceleração e desenvolvimento de talentos.

Intensificamos o programa “Dilemas de Gestão”, que reúne os líderes em suas respectivas unidades de negócio para troca de experiências e desafios na gestão de pessoas e os principais temas abordados foram: conversas cruciais, comunicação assertiva, confiança e liderança positiva. No final do ano, promovemos um encontro estratégico com a Alta Liderança (gerentes e diretores), para compartilhar os principais resultados obtidos durante o ano e também alinhar as expectativas e estratégias para 2023. Também contamos com palestrantes convidados que abordaram o cenário econômico e o papel da liderança frente a transformação digital.

Na agenda de diversidade e inclusão obtivemos significativos avanços. Por meio do programa “Caminho para Todos”, ações e metas específicas para a promoção de equipes diversificadas e de alto desempenho foram definidas. Em 2022, a Companhia assumiu a meta de 50% de mulheres na liderança, 50% de colaboradores negros e 35% de líderes negros até 2030. Os indicadores de diversidade e inclusão apontam que o ano de 2022 apresentou um avanço na busca pelo equilíbrio entre homens e mulheres, com destaque para o aumento da liderança feminina de 28% para 30%. Em raça, a EcoRodovias obteve um aumento de sete pontos percentuais em comparação a 2021, encerrando o ano com 40% de colaboradores negros. No pilar LGBTQIAP+, foram observadas seis novas contratações de profissionais transexuais distribuídas entre as unidades, totalizando 23 em todo o Grupo.

Os comitês locais de diversidade e inclusão tiveram uma forte atuação no planejamento estratégico, acompanhamento dos indicadores e implantação de ações afirmativas que têm como finalidade promover um ambiente cada vez mais plural e inclusivo. Além disso, os Grupos de Afinidade EcoPride (LGBTQIAP+), AfroEco (raça), EcoDELAS (mulheres) e ECOA (profissionais com deficiência), mantiveram os encontros mensais proporcionando troca de vivências, além de propor e apoiar ativamente as ações, campanhas e divulgações.

Continuamos com as ações de sustentação e capacitação em todos os pilares de atuação do programa “Caminho para Todos”, com destaque para o benefício de retificação do nome social disponível para todos os colaboradores transgêneros. A EcoRodovias oferece assessoria e suporte durante todo o processo para a retificação, além do subsídio financeiro. Para impulsionar os colaboradores pertencentes aos pilares do programa “Caminho Para Todos” a conquistarem os próximos passos em suas carreiras, em 2022, lançamos um programa de mentoria dedicado para profissionais LGBTQIAP+ e raça, contando com três encontros para desenvolvimento das competências pessoais. Nessa primeira edição, tivemos 37 participantes, dos quais sete foram promovidos, sendo um deles para posição de liderança. Além disso, mantivemos nosso programa de mentoria direcionado para mulheres.

Além da promover e estimular o desenvolvimento dos nossos colaboradores, atuamos em várias frentes para reconhecer e elevar a percepção em relação ao pacote de remuneração. Aspectos financeiros e não financeiros foram implementados ou aprimorados.

Por fim, iniciamos o “RH Digital”, importante projeto estruturante que tem como objetivo a avaliação e a substituição da plataforma tecnológica e a revisão de processos de Recursos Humanos, com um olhar direcionado para a transformação digital, agilidade e eficiência organizacional.

A Companhia encerrou o ano com 4.875 colaboradores distribuídos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e Tocantins.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2022: (i) Serviços relacionados à auditoria externa: (i.a) Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); (i.b) Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity); (ii) Serviços não relacionados à auditoria externa: (ii.a) Procedimentos Previamente Acordados das controladas Ecoponte e Eco050. A prestação dos serviços contratados não relacionados à auditoria externa está de acordo com a Política de Contratação de Auditoria Externa aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e não caracteriza conflito de interesse ou perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. Os honorários consolidados pagos no exercício de 2022 totalizaram R\$3.887,5 mil e o valor dos honorários não relacionados à auditoria externa perfaz R\$109,4 mil, representando 2,9% em relação aos honorários relativos aos serviços de auditoria externa no exercício de 2022.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2022.

São Paulo, 15 de março de 2023.

A Administração

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“EcoRodovias”, “EcoRodovias Infraestrutura”, “Companhia” ou “EIL”) é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) distribuídos em nove estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. As principais informações sobre os Contratos de Concessão das controladas da Companhia estão descritas na Nota Explicativa nº 21. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo – SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia (“Grupo EcoRodovias”) estão sumarizadas na Nota Explicativa nº 11.

Em 14 de março de 2023, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 15 de março de 2023.

a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que os principais indicadores impactos pela COVID-19, já apresentaram recuperação a níveis pré-pandemia, sendo eles: (i) o tráfego de veículos leves e pesados de suas controladas do segmento de Concessões Rodoviárias; e (ii) importação e exportação do Porto de Santos.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios do Grupo EcoRodovias.

c) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês*)

A estratégia do Grupo EcoRodovias para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

d) *Impairment* de ativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, através de sua controlada ELG-01 Participações Ltda, realizou avaliação de seus terrenos, denominados Glebas A, B, C e D, localizados na zona rural do município de São Bernardo do Campo – SP, para determinação dos correspondentes valores de mercado. Para a avaliação, foram utilizadas as determinações contidas nas Normas de Avaliações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, pelo método comparativo direto de dados de mercado, com homogeneização por fatores. Considerando o laudo elaborado, a Companhia reconheceu o *impairment* do montante excedente conforme demonstrado abaixo:

	Valor Contábil em 31/12/2022	Valor do Laudo de Avaliação	Ajuste de <i>Impairment</i> líquido no resultado do exercício
Terrenos (*)	101.572	20.560	81.012

(*) Considera: (i) R\$63.828 contabilizados na rubrica “terrenos” nas controladas indiretas Paquetá Participações Ltda e Anish Empreendimentos e Participações Ltda; e (ii) R\$37.744 contabilizados na rubrica “Mais Valia – Anish” na Companhia, sendo que tal valor, para efeitos de consolidação, era reclassificado para a rubrica “terrenos”, conforme Nota Explicativa nº 12.b).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Base para consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou *joint venture*), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

<u>Controladas diretas:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Objetivos principais</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EILO1 Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporto Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EILO4 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecopátio Logística Cubatão Ltda	100%	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
EILO6 S.A.	100%	-	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<u>Controladas Indiretas:</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>Objetivos principais</u>
<u>Via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:</u>			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão .
CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.)	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas)	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ – Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) – Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) “Ponte Rio-Niterói”.
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. (anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel)	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (BR-116/465/493/RJ/MG), (vide Nota Explicativa nº 11.a).
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-135, MG-231, LMG-754)
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-364/365/GO/MG)
EIL05 S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Holding do Araguaia S.A.	65%	65%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
<u>Via Argovias Administração e Participações S.A.:</u>			
Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração de concessão da Rodovia BR-050 MG/GO.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas Indiretas:	31/12/2022	31/12/2021	Objetivos principais
<u>Via Holding do Araguaia S.A.:</u>			
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Sistema Rodoviário (BR-153/414/080/TO/GO).
<u>Via ELG-01 Participações Ltda:</u>			
Anish Empreendimentos e Participações Ltda	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
<u>Via Anish Empreend. e Participações Ltda:</u>			
Paquetá Participações Ltda	100%	100%	Administração de bens próprios, tais como imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros, e a participação, direta ou indireta, na qualidade de sócia ou acionista de qualquer sociedade.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; e
- Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida.

2.3. Moeda funcional de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (vide Nota Explicativa nº 27).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzidas de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base em cada contrato de concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos nas rodovias administradas pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação.

As controladas EcoRioMinas e Ecovias do Araguaia possuem mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito à um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio.

g) Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia e suas controladas sejam os arrendatários, exceto passivos de arrendamentos de curto prazo (definidos como passivo de arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) da Companhia e suas controladas, individualmente.

h) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte, esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

i) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses,

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui mais nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

k) Benefícios a empregados – Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

l) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Contabilização dos Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessão das controladas diretas e indiretas da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 21.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefício econômico futuro / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões, exceto da controlada direta Ecoporto Santos S.A., onde a Companhia anteriormente considerava o prazo de concessão assumindo a renovação, mas em função da alta probabilidade de não renovação, passou a considerar o prazo final da concessão sem a sua renovação. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPCo1 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

Capitalização dos custos dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida individualmente em cada concessionária, dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês.

Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2022

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e de 2021, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 8,42% e 10,86% ao ano (7,92% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), pois são calculados individualmente para cada concessionária do Grupo EcoRodovias. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 21.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	38	18	34.371	19.043
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	4.350	5.440	934.261	1.428.482
Operações compromissadas (b)	1.179	5.302	76.637	32.803
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	323.976	574.783
Aplicações automáticas (d)	184	168	10.214	15.160
	<u>5.751</u>	<u>10.928</u>	<u>1.379.459</u>	<u>2.070.271</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundos. (Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 100,0% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 84,8% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (83,9% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,5% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	224	383	48.035	100.541
	224	383	48.035	100.541

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – CONTA RESERVA – CONSOLIDADO

As aplicações financeiras – conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento (a)	135.886	102.201
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	47.975	40.631
Conta corrente – Reserva (c)	1.123	-
	184.984	142.832
Circulante	71.256	67.731
Não circulante	113.728	75.101

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98,3% em 31 de dezembro de 2021).
- (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado a taxa média ponderada de 89,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (89,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro de 2022. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva

As aplicações financeiras – conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras – conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói – Ecoponte, Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Ecovias do Araguaia S.A., para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	239.969	157.369
Receitas acessórias (b)	2.331	2.441
Recebíveis de portos (c)	33.978	28.162
Outras contas a receber	56.812	22.193
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(7.553)	(5.968)
	<u>325.537</u>	<u>204.197</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	322.037	201.570
Vencidos:		
Até 30 dias	5.625	4.061
De 31 a 90 dias	827	677
De 90 a 120 dias	259	168
Acima de 120 dias	4.342	3.689
	<u>333.090</u>	<u>210.165</u>

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(5.968)	(7.848)
Valores recuperados	5.442	9.323
Valores baixados	243	-
Constituição de PECLD	(7.270)	(7.443)
Saldo no fim do exercício	<u>(7.553)</u>	<u>(5.968)</u>

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****9. OUTROS CRÉDITOS – CONSOLIDADO**a) Conta Reserva – ANTT – Ecovias do Araguaia e EcoRioMinas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ecovias do Araguaia (i)	1.123.688	1.072.617
EcoRioMinas (ii)	1.878	-
	<u>1.125.566</u>	<u>1.072.617</u>

(i) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica “Obrigações com Poder Concedente”, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de “receita de aplicação financeira” é de R\$37.628.

Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.

(ii) Refere-se à cláusula 12.2 do contrato de concessão – 4% de retenção sobre a receita bruta auferida para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais.

b) Ativo sujeito a indenização

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo financeiro	293.474	227.669
Residual Ativo Imobilizado	31.535	66.585
	<u>325.009</u>	<u>294.254</u>

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da controlada Ecoporto Santos, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêneres e outros ativos, a controlada reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Natureza:</u>				
Cível	70	66	14.037	7.905
Tributário	-	-	4.062	6.025
Trabalhista	15	25	18.838	20.214
Meio Ambiente (**)	-	-	-	63.511
Desapropriações	-	-	25.648	23.831
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	-	-	89.760	84.797
Órgão Regulador (*)	-	-	13.618	-
	85	91	165.963	206.283

(*) Trata-se de depósitos em garantia das controladas Ecovias e Ecopistas, realizados em ações anulatórias movidas em face da Artesp e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. As controladas entendem que as multas não são devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	91	2.666	206.283	209.082
Adições	-	-	30.365	2.605
Baixas (**)	(9)	(2.576)	(84.248)	(9.142)
Atualização monetária	3	1	13.563	3.738
Saldo no fim do exercício	85	91	165.963	206.283

(**) Vide Nota Explicativa nº 23.a)

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11. INVESTIMENTOS**

a) Controladora

	Controladas diretas							
	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2022		participação direta - %					
Patrimônio líquido/Passivo à descoberto		Resultado do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.617.471	456.073	100	100	2.617.471	2.573.583	456.073	426.482
Ecoporto Santos S.A.	404.900	90.750	100	100	404.900	309.150	90.750	80.988
ELG-01 Participações Ltda.	21.106	(45.271)	100	100	21.106	63.912	(45.271)	(2.780)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	(3.601)	(19.849)	100	100	(3.601)	16.248	(19.849)	2.303
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(20)
EIL-01 Participações S.A.	380	27	100	100	380	366	27	9
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel	-	-	-	100	-	16.200	244	413
EILO6 S.A.	1	-	100	-	1	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	45.034	(4.742)	100	100	45.034	63.276	(4.742)	(74)
Lucros não realizados Eco101	(787)	52	-	-	(787)	(839)	52	52
					<u>3.084.504</u>	<u>3.041.896</u>	<u>477.284</u>	<u>507.373</u>

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	(412.185)	-	-	-	456.073	2.617.471
Ecoporto Santos S.A.	309.150	-	5.000	-	-	90.750	404.900
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	-	2.465	-	-	(45.271)	21.106
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	-	-	-	-	(19.849)	(3.601)
EIL 01 Participações S.A.	366	(13)	-	-	-	27	380
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel (i)	16.200	-	350	(16.794)	-	244	-
EIL05 S.A. (i)	-	-	1	(1)	-	-	-
EIL06 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	63.276	-	-	-	(13.500)	(4.742)	45.034
Lucros não realizados - Eco101	(839)	-	-	-	-	52	(787)
	3.041.896	(412.198)	7.817	(16.795)	(13.500)	477.284	3.084.504

(i) Em 25 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das empresas (a) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. (“Ecorodoanel”)); e (b) EIL05 S.A., para sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., pelos seu valores contábeis na data-base 30 de abril de 2022, conforme laudo de avaliação emitido pela APSIS Consultoria e Avaliações Ltda, sendo R\$16.794 e R\$1, respectivamente.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	31/12/2020	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Baixa	Redução de capital	Equivalência patrimonial	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(351.856)	1.350.000	-	-	426.482	2.573.583
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	123.000	-	-	80.988	309.150
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	2.476	-	-	(2.780)	63.912
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	-	-	2.303	16.248
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	166	-	-	(146)	-	(20)	-
EIL 01 Participações S.A.	359	(2)	-	-	-	9	366
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. – Ecorodoanel	15.562	-	225	-	-	413	16.200
EIL03 S.A.	-	-	1	(1)	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	-	(10.000)	(74)	63.276
Lucros não realizados - Eco101	(891)	-	-	-	-	52	(839)
	<u>1.420.826</u>	<u>(351.858)</u>	<u>1.475.702</u>	<u>(147)</u>	<u>(10.000)</u>	<u>507.373</u>	<u>3.041.896</u>

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2021	Amortização	Impairment (*)	31/12/2022
Ágio – Ecosul	2.183	(514)	-	1.669
Mais Valia – Anish	37.744	-	(37.744)	-
	39.927	(514)	(37.744)	1.669

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Ágio – Ecosul	2.697	(514)	2.183
Mais Valia – Anish	37.744	-	37.744
	40.441	(514)	39.927

(*) Vide Nota Explicativa nº 1.d)

- c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:

	31/12/2021	Propostos	Recebidos	31/12/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	310.855	412.185	(449.499)	273.541
EIL-01 Participações S.A.	2	13		15
	310.857	412.198	(449.499)	273.556

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2022:

Controladas diretas	Ativo		Ativo Não	PASSIVO	Passivo Não		Patrimônio Líquido/ (Passivo a Descoberto)
	ATIVO	Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	
EILo1	396	396	-	396	16	-	380
Ecorodovias Concessões	7.067.514	302.688	6.764.826	7.067.514	1.548.426	2.901.617	2.617.471
Ecoporto Santos	577.115	110.766	466.349	577.115	61.797	110.418	404.900
Termares	55.945	37.798	18.147	55.945	39.815	19.731	(3.601)
ELG01	21.106	85	21.021	21.106	-	-	21.106
EIL-06	1	1	-	1	-	-	1
Ecopátio	50.967	12.230	38.737	50.967	2.857	3.076	45.034
Controladas indiretas							
CECM	15.516	14.890	626	15.516	3.033	6.500	5.983
Ecosul	568.331	50.685	517.646	568.331	203.960	282.048	82.323
Ecovias	2.808.846	172.314	2.636.532	2.808.846	579.554	1.544.972	684.320
RDC	26.468	25.802	666	26.468	5.252	7.767	13.449
Ecopistas	1.666.171	88.706	1.577.465	1.666.171	122.403	664.675	879.093
Eco101	1.720.922	52.771	1.668.151	1.720.922	174.984	469.388	1.076.550
Ecoponte	799.314	148.876	650.438	799.314	48.958	510.187	240.169
EcoRioMinas	513.547	382.147	131.400	513.547	41.271	16.694	455.582
Eco135	1.732.089	150.471	1.581.618	1.732.089	165.913	1.419.590	146.586
Ecovias do Araguaia	3.833.383	255.543	3.577.840	3.833.383	127.089	1.768.921	1.937.373
Holdering do Araguaia	2.139.649	13.163	2.126.486	2.139.649	16.854	1.508.554	614.241
Anish	21.493	837	20.656	21.493	215	256	21.022
Paquetá	11.024	24	11.000	11.024	-	-	11.024
Argovias	803.173	10.107	793.066	803.173	457	-	802.716
Eco050	1.988.888	175.890	1.812.998	1.988.888	147.789	1.048.033	793.066
Ecovia do Cerrado	947.243	125.030	822.213	947.243	252.911	49.438	644.894
EIL 05	1	1	-	1	-	-	1

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Receita Líquida	Custos dos Serviços Prestados	Lucro/ (prejuízo) Bruto	Despesas gerais e adm.	Amortização investimentos	Outras receitas/ (despesas), líquidas	Equivalência patrimonial	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes do Resultado financeiro	Resultado financeiro	Lucro/ (Prejuízo) operacional antes dos impostos	Imposto de renda e contribuição social	Lucro/ (Prejuízo) líquido do exercício
Controladas diretas												
EIL01	-	-	-	-	-	-	-	-	35	35	(8)	27
Ecorodovias Concessões	313.793	(206.649)	107.144	(90.154)	(14.145)	18.460	756.414	777.719	(438.207)	339.512	116.561	456.073
Ecoporto Santos	249.452	(191.275)	58.177	(35.734)	-	215	-	22.658	68.092	90.750	-	90.750
Termares	67.381	(59.338)	8.043	(18.545)	-	129	-	(10.373)	(9.476)	(19.849)	-	(19.849)
ELGo1	-	-	-	-	-	-	(45.277)	(45.277)	7	(45.270)	(1)	(45.271)
EIL-06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ecopátio	28.536	(19.688)	8.848	(4.739)	-	(9.646)	-	(5.537)	998	(4.539)	(203)	(4.742)
Controladas indiretas												
CECM	-	-	-	(13.564)	-	(724)	-	(14.288)	19.613	5.325	(3.173)	2.152
Ecosul	431.473	(229.535)	201.938	(17.344)	-	13	-	184.607	(49.039)	135.568	(45.202)	90.366
Ecovias	1.405.061	(515.784)	889.277	(73.434)	-	60	-	815.903	(135.774)	680.129	(222.002)	458.127
RDC	-	-	-	(6.017)	-	(1.449)	-	(7.466)	16.143	8.677	(3.456)	5.221
Ecopistas	445.477	(236.748)	208.729	(25.131)	-	96	-	183.694	(70.778)	112.916	(32.211)	80.705
Eco101	494.703	(483.534)	11.169	(20.060)	-	8	-	(8.883)	(28.575)	(37.458)	45	(37.413)
Ecoponte	175.211	(77.704)	97.507	(14.051)	-	185	-	83.641	(33.840)	49.801	(15.446)	34.355
Ecoriominas	139.166	(92.832)	46.334	(9.021)	-	2	-	37.315	22.159	59.474	(9.293)	50.181
Eco135	753.023	(535.523)	217.500	(15.059)	-	(1)	-	202.450	(168.066)	34.384	(11.760)	22.624
Ecovias do Araguaia	880.689	(855.431)	25.258	(21.736)	-	(1)	-	3.521	25.067	28.588	(9.917)	18.671
Holding do Araguaia	-	-	-	(982)	(124)	-	18.671	17.565	(50.812)	(33.247)	-	(33.247)
Anish	63	-	63	(1.615)	-	(43.268)	(471)	(45.291)	14	(45.277)	-	(45.277)
Paquetá	-	-	-	(453)	-	-	-	(453)	(17)	(470)	(1)	(471)
Argovias	-	-	-	(18)	-	-	41.314	41.296	24	41.320	(1)	41.319
Eco050	517.512	(384.431)	133.081	(16.708)	-	209	-	116.582	(54.238)	62.344	(21.030)	41.314
Ecovias do Cerrado	495.659	(430.147)	65.512	(14.693)	-	35	-	50.854	8.844	59.698	(11.794)	47.904
EIL-05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****12. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Terrenos	Benfeitorias/Instalações	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,7	10,7	3,1	4,0	-	6,1	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	2.159	681	54	1.896	60	6.424	11.274
Adições	161	92	-	-	-	974	1.227
Baixas	(16)	-	-	-	-	(403)	(419)
Transferências	66	(240)	462	-	-	(288)	-
Saldos em 31/12/2022	2.370	533	516	1.896	60	6.707	12.082
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2021	(1.622)	(158)	(49)	(1.138)	-	(3.263)	(6.230)
Adições	(177)	(52)	(16)	(76)	-	(380)	(701)
Transferências	(6)	22	(45)	-	-	29	-
Saldos em 31/12/2022	(1.805)	(188)	(110)	(1.214)	-	(3.614)	(6.931)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	565	345	406	682	60	3.093	5.151
Em 31/12/2021	537	523	5	758	60	3.161	5.044

	<i>Hardware</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Terrenos	Benfeitorias/Instalações	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,0	3,1	9,4	4,0	-	6,3	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2020	1.789	264	551	1.956	-	3.470	8.030
Adições	370	530	1	-	-	3.001	3.902
Baixas	-	(113)	(498)	-	-	(47)	(658)
Transferências	-	-	-	(60)	60	-	-
Saldos em 31/12/2021	2.159	681	54	1.896	60	6.424	11.274
DEPRECIACÃO							
Saldos em 31/12/2020	(1.484)	(258)	(514)	(1.062)	-	(2.998)	(6.316)
Adições	(138)	(13)	(5)	(76)	-	(312)	(544)
Baixas	-	113	470	-	-	47	630
Saldos em 31/12/2021	(1.622)	(158)	(49)	(1.138)	-	(3.263)	(6.230)
RESIDUAL							
Em 31/12/2021	537	523	5	758	60	3.161	5.044
Em 31/12/2020	305	6	37	894	-	472	1.714

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

b) Consolidado

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	7,8	15,1	6,8	-	4,9	1	9,7	11,7	6,8	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2021	482.907	334.295	27.964	108.406	96.178	258.716	26.390	45.816	20.760	1.401.432
Adições	119.139	20.478	8.241	-	2	965	1.375	18.167	1.051	169.418
Baixas	(39.984)	(15.944)	(3.665)	(96)	(13.764)	(6.192)	(8.840)	(5.124)	(12.011)	(105.620)
<i>Impairment</i> (*)	-	-	-	(81.012)	-	-	-	-	-	(81.012)
Transferências	1.231	(240)	658	-	-	-	-	-	(288)	1.361
Saldos em 31/12/2022	563.293	338.589	33.198	27.298	82.416	253.489	18.925	58.859	9.512	1.385.579
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2021	(387.930)	(192.941)	(20.623)	-	(61.009)	(244.846)	(21.947)	(23.831)	(13.445)	(966.572)
Adições	(39.523)	(49.508)	(1.983)	-	(3.998)	(2.628)	(1.775)	(5.835)	(608)	(105.858)
Baixas	38.763	6.556	2.780	-	6.993	4.036	8.582	3.171	7.900	78.781
Transferências	(37)	648	(3)	-	-	(1.498)	3	564	29	(294)
Saldos em 31/12/2022	(388.727)	(235.245)	(19.829)	-	(58.014)	(244.936)	(15.137)	(25.931)	(6.124)	(993.943)
RESIDUAL										
Em 31/12/2022	174.566	103.344	13.369	27.298	24.402	8.553	3.788	32.928	3.388	391.636
Em 31/12/2021	94.977	141.354	7.341	108.406	35.169	13.870	4.443	21.985	7.315	434.860

(*) Vide Nota Explicativa nº 1.d)

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	5,7	10,2	5,7	-	4,5	1,6	5,2	7,6	3,7	-
CUSTO										
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
Adições	34.799	22.421	1.760	-	361	403	4.006	12.631	5.358	81.739
Baixas	(118)	(6.327)	(555)	-	-	-	(134)	-	(4.784)	(11.918)
Transferências	(733)	1.046	24	108	(60)	(590)	-	-	(1.010)	(1.215)
Saldos em 31/12/2021	482.907	334.295	27.964	108.406	96.178	258.716	26.390	45.816	20.760	1.401.432
DEPRECIÇÃO										
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
Adições	(26.695)	(33.107)	(1.548)	-	(4.354)	(4.243)	(1.275)	(2.996)	(663)	(74.881)
Baixas	91	6.164	521	-	-	-	129	(54)	47	6.898
Transferências	161	(337)	(9)	-	-	337	-	-	1.002	1.154
Saldos em 31/12/2021	(387.930)	(192.941)	(20.623)	-	(61.009)	(244.846)	(21.947)	(23.831)	(13.445)	(966.572)
RESIDUAL										
Em 31/12/2021	94.977	141.354	7.341	108.406	35.169	13.870	4.443	21.985	7.315	434.860
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083

Em 31 de dezembro de 2022, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

a) Controladora

	Software de terceiros	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,9	-	-	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
Adições	126	-	-	126
Baixa	-	(73)	-	(73)
Saldos em 31/12/2022	1.321	-	2.288	3.609
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
Adições	(49)	-	(696)	(745)
Saldos em 31/12/2022	(1.160)	-	(2.057)	(3.217)
RESIDUAL				
Em 31/12/2022	161	-	231	392
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Software de terceiros</i>	<i>Outros Intangíveis</i>	<i>Direito de Uso - CPCo6 (R2) (c)</i>	<i>Total</i>
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,4	-	-	-
CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	1.175	-	897	2.072
Adições	20	73	1.391	1.484
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
AMORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	(1.083)	-	(813)	(1.896)
Adições	(28)	-	(754)	(782)
Baixas	-	-	206	206
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
RESIDUAL				
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084
Em 31/12/2020	92	-	84	176

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

b) Consolidado

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	6,7	-	3,8	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
Adições	614.238	-	31.042	2.367.632	381	181.761	3.195.054
Baixas (d)	(626.864)	-	(7.929)	(2.283)	(1.280)	-	(638.356)
Transferências	1.173.821	-	262	(1.175.444)	-	-	(1.361)
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
Adições	(408.979)	(514)	(13.287)	-	(67)	(52.507)	(475.354)
Baixas	2	-	6.877	-	-	-	6.879
Transferências	79	-	215	-	-	-	294
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)
RESIDUAL							
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso – CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	3,2	-	-
CUSTO							
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	3.081.201	-	15.109	807.574	1.280	13.350	3.918.514
Baixas	(2.720)	-	(38)	(7.518)	-	-	(10.276)
Transferências	258.376	-	5	(257.166)	-	-	1.215
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
AMORTIZAÇÃO							
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(578.923)	(514)	(10.852)	-	(71)	(25.903)	(616.263)
Baixas	-	-	-	-	-	206	206
Transferências	(1.160)	-	-	-	6	-	(1.154)
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
RESIDUAL							
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, Ônus da Concessão e outros.

(b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 2,81% a.a. (4,49% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com as modificações introduzidas pelo Termo Aditivo Modificativo (TAM) 19/2021 da controlada Ecovias dos Imigrantes, anualmente, na data de reajuste da tarifa e de acordo com o Fluxo de Caixa Marginal, a Companhia faz jus ao direito da diferença ocasionada pela substituição do tráfego e receita projetada para o reequilíbrio pelo tráfego e receita efetivamente ocorrida no período imediatamente anterior à data do reajuste, revisando-se desta forma o prazo de extensão inicialmente previsto para o reequilíbrio contratual proporcionado por cada um dos termos aditivos, que poderá/deverá sofrer alterações, uma vez que: (i) o IPCA será utilizado exclusivamente para o reajuste da base tarifária quilométrica; (ii) o novo índice monetário contratual (IAM), que considera uma mescla entre IPCA e IGPM, servirá para todas as outras finalidades do contrato; (iii) a Portaria 35 emitida pela ARTESP, que dispõe sobre a apuração do desequilíbrio e reequilíbrio através de Fluxo de Caixa Marginal, estabelece que os cálculos deverão ser feitos a preços constantes e a valores da data base contratual (neste caso julho/97), retroagidos de acordo com o índice e os prazos de reajuste definidos no contrato de concessão, neste caso, o IAM; e (iv) considerando que a tarifa será reajustada sempre pelo IPCA, e o índice contratual considera uma mescla entre IPCA e IGPM, identifica-se

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

um possível “*upside*” ou “*downside*” se confirmadas as projeções atuais, necessitando de um maior ou menor prazo para o reequilíbrio. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considera-se para fins de amortização, o prazo de 09 de outubro de 2036, em substituição a data contratual de 11 de fevereiro de 2034.

(c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

(d) Vide Notas Explicativas nº 21.v) e 21.vi).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$252.577 referentes a encargos financeiros (R\$129.492 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária.

A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFE ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 10,45% a.a. (13,79% a 26,40% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de cada concessionária); e (b) WACC para Ecoporto Santos e Ecopátio: 10,86% a.a. (10,86% e 17,31% antes dos impostos, respectivamente). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado				
	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	31/12/2022
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.528	-	(350)	1.178	(350)
RDC Concessões	1	-	(1)	-	(1)
Ecopátio	2.313	-	(289)	2.024	(289)
Argovias	11.678	4.100	(1.733)	14.045	2.367
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	16.943	4.122	(5.888)	15.177	(1.766)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	205.077	116.754	(6.956)	314.875	109.798
Provisão para manutenção	74.618	35.259	(28.782)	81.095	6.477
AVP ônus concessão	36.371	20.609	(26.963)	30.017	(6.354)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	591	89	(197)	483	(108)
Efeitos Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(35.068)	-	3.316	(31.752)	3.316
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(59.536)	(29.933)	2.273	(87.196)	(27.660)
Direito reequilíbrio	-	(24.140)	-	(24.140)	(24.140)
Outros	(40)	213	1.163	1.336	1.376
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	252.944	127.073	(64.407)	315.610	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					62.666

- (i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$355.223 no ativo não circulante e R\$39.613 no passivo não circulante (R\$259.433 no ativo circulante e R\$6.489 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021), e registrou R\$62.666 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	52.530
2023	23.094	11.529
2024	9.390	9.774
2025	5.533	16.041
2026	16.997	18.190
2027	18.863	10.804
Posteriores a 2027 (*)	241.733	134.076
	<u>315.610</u>	<u>252.944</u>

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) serão amortizados em prazos razoáveis antes do término de cada concessão.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	253.037	372.042	510.291	652.474
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(86.033)	(126.494)	(173.499)	(221.841)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(5.854)	(3.830)
Gratificações/PPR diretores	(222)	(773)	(1.998)	(2.237)
Equivalência patrimonial	162.277	172.507	-	(7)
Despesas indedutíveis	(153)	(6)	(502)	(959)
Amortização de ágio	(175)	(175)	34.937	29.473
Impairment (ii)	(12.833)	-	(12.833)	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	2.261	1.773
Créditos tributários não constituídos (i)	(63.918)	(51.050)	(167.216)	(109.852)
Baixa créditos tributários anos anteriores	-	-	-	(1.100)
Operações descontinuadas	2.496	-	2.496	-
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(1.568)	(3.620)	(2.856)	(4.757)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	46.013	18.288
Outros	129	9.611	10.161	9.837
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(268.890)	(285.212)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(331.556)	(287.003)
Impostos diferidos	-	-	62.666	1.791
Taxa efetiva	-	-	52,7%	43,7%

(i) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos, Termares, CECM, Eco101 e Holding do Araguaia.

(ii) Vide Nota Explicativa nº 1.d).

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	18.076	24.970
Despesa IR/CS DRE	331.556	287.003
Total de IR/CS pagos	(304.247)	(293.897)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	45.385	18.076

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Em moeda nacional:							
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	-	-	9.637	15.065
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	-	-	10.834	17.488
Finem (b)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	131.702	146.095
Finem (b)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	196.247	211.876
Finem (c)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	54.880	57.763
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	118.423	122.476
Finem (c)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	64.831	59.671
BNDES (d)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	349.807	272.008
BDMG (e)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	103.294	93.135
FINISA – CEF (f)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	305.684	273.945
FDCO – CEF (g)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	-	-	147.110	135.351
BNDES (h)	Eco135	06/2043	IPCA TLP + 3,49% a.a.	-	-	487.643	209.655
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP +3,40%a.a.	-	-	3.165	3.279
Finame (i)	Eco135	09/2026	IPCA TLP+3,40% a.a.	-	-	88	89
Finame (i)	Eco135	07/2026	IPCA TLP +3,40%a.a.	-	-	5.408	5.342
Finame (i)	Eco135	12/2026	IPCA TLP+4,08% a.a.	-	-	6.528	2.367
7ª Emissão NP - EIL (j)	EcoInfra	03/2022	CDI+4,00% a.a.	-	1.257.663	-	1.257.663
				-	1.257.663	1.995.281	2.883.268
Circulante				-	1.257.663	106.979	1.353.123
Não circulante				-	-	1.888.302	1.530.145

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	93.061
2024	117.478	101.965
2025	123.443	106.666
2026	129.472	111.379
2027	134.637	116.358
Posteriores a 2027	1.383.272	1.000.716
	1.888.302	1.530.145

A movimentação do exercício dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.257.663	1.243.363	2.883.268	3.025.344
Adições	-	-	626.647	1.565.427
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	44.443	112.409	222.452	277.279
Pagamento principal	(1.110.000)	(90.000)	(1.405.290)	(1.837.150)
Pagamento de juros	(192.106)	(8.109)	(331.796)	(147.632)
Saldo no fim do exercício	-	1.257.663	1.995.281	2.883.268
Circulante	-	1.257.663	106.979	1.353.123
Não circulante	-	-	1.888.302	1.530.145

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais adições ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir:

Companhia	Modalidade	Montante
Eco050	BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	11.829
	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	83.568
	FDCO/FINISA – Caixa Econômica Federal	59.364
Eco135	Finame	4.134
	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	259.487
Ecoponte	BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social	9.476
ECS	Nota Comerciais Escriturais	200.000

1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

Em 19 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada ECS, aprovou a 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, da ECS, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A emissão foi composta por 200 Notas Comerciais Estruturais, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo um total de R\$200.000 e data de emissão em 22 de julho de 2022. O prazo de vencimento das Notas Comerciais Estruturais foi de 83 dias, contados da data de emissão e foram remuneradas pelo CDI +1,20% a.a. Os recursos líquidos captados por meio dessa emissão foram destinados para realização de investimentos na controlada EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.. As Notas Comerciais Estruturais não contaram com garantias de qualquer natureza e foram quitadas antecipadamente em 06 de setembro de 2022.

Os principais pagamentos ocorridos no exercício findo em 31 dezembro de 2022, refere-se a: (i) 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais da ECS, sendo o valor principal de R\$200.000; e (ii) 7ª emissão de Notas Promissórias da Companhia, sendo o valor principal de R\$1.110.000.

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Passivo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (ICSD) \geq 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leq 4,0. Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.
(b)	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total \geq 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geq 1,30 Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei.	Cessão de direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(c)	Ecoponte	BNDES	Beneficiária: (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total $\geq 20\%$; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) $\geq 1,30$; Após o <i>Completion</i> não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Interveniente: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado $\leq 4,00$	Penhor das ações da Beneficiária, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. Fiança da Ecorodovias.
(d)	ECO050	BNDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Fiança Corporativa/Penhor de 100% das ações da Beneficiária / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(e)	ECO050	BDMG	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Fiança Corporativa / Penhor de 100% das ações da Beneficiária/Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(f)	ECO050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(g)	ECO050	FDCO	Beneficiária: ICSD $\geq 1,2$ / PL/AT $\geq 20\%$ Durante a realização do projeto não distribuir dividendos acima dos 25% mínimos obrigatórios por lei. Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor de 100% das ações da Beneficiária e Fiança Corporativa / Cessão Fiduciária, até a final liquidação de todas as obrigações do contrato.
(h)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD $\geq 1,3$ / PL Ajustado AT Ajustado $\geq 20\%$ Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leq 4,00$	Penhor de 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos creditórios até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato. Fiança da Ecorodovias
(i)	Eco135	Santander	Não exigem manutenção de índices	Alienação do bem.
(j)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Bradesco	Não exigem manutenção de índices	N/A

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Os referidos índices são medidos anualmente, com base na Demonstração Financeira de 31 de dezembro de cada ano, exceto pelos índices da controlada Ecopistas, que são medidos trimestralmente. Conforme demonstrado abaixo, as controladas da Companhia estão adimplentes com os índices financeiros (“*covenants*”) dos referidos contratos.

A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros exigidos e medidos em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Índices financeiros Ecopistas (a)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	52,76%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	1,91
(iii) Dívida líquida/EBITDA Ajustado	< 4,00	1,63
<u>Índices financeiros Eco101 (b)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida (*)	≥ 1,30	1,33
(ii) Patrimônio líquido /ativo total	≥ 20%	62,60%
<u>Índices financeiros Ecofonte (c)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido ajustado/passivo total	≥ 20%	31,80%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	1,69
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,93
<u>Índices financeiros Eco050 (d, e, f, g)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Beneficiária: ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	≥ 1,20	1,32
(ii) Beneficiária: Patrimônio Líquido / Ativo Total	≥ 20%	39,87%
(iii) Interveniente: Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 4,00	3,93
<u>Índices financeiros Eco135 (h)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Cobertura de dívida	≥ 1,30	2,07
(ii) Patrimônio líquido ajustado/passivo total ajustado	≥ 20%	53,68%
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	3,93

As controladas da Companhia estão adimplentes com as demais cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os subcréditos e liberações efetuados são como segue:

Ecopistas

<u>Subcrédito (*)</u>	<u>Total</u>	<u>Liberado</u>	<u>Amortização</u>	<u>Parcelas</u>
a	99.200	99.200	99.200	114 mensais
b	85.528	85.528	85.528	114 mensais
d	27.999	27.999	26.525	114 mensais
e	21.769	21.769	19.048	8 anuais
j	11.281	11.281	8.312	114 mensais
k	22.438	22.438	16.534	114 mensais
l	9.169	9.169	6.418	10 anuais
Total	277.384	277.384	261.565	

(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	68.595	150 parcelas
B1	66.237	66.237	17.034	150 parcelas
B2	52.483	52.483	12.851	150 parcelas
B3	117.799	117.799	27.743	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	424.992	126.223	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	12.061	177 mensais
b	177.920	127.465	16.509	157 mensais
c	118.915	69.546	5.609	163 mensais
d	10.625	1.495	210	177 mensais
e	2.075	2.076	288	157 mensais
Total	417.000	263.231	34.677	

Eco050

BDMG				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	85.000	85.000	8.061	234 mensais
b	35.000	26.214	1.383	234 mensais
Total	120.000	111.214	9.444	

FINISA				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	350.000	326.350	26.849	234 mensais
Total	350.000	326.350	26.849	

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

BNDES				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	75.998	75.998	7.240	234 mensais
B1	17.026	17.026	1.623	234 mensais
B2	25.387	25.387	2.427	234 mensais
C1	18.912	18.912	1.810	234 mensais
C2	28.916	28.916	2.640	234 mensais
D1	19.603	19.603	602	234 mensais
D2	27.558	6.038	179	234 mensais
R	46.600	46.600	4.176	234 mensais
S	2.675	-	-	234 mensais
X	42.500	42.500	3.556	234 mensais
Y	48.000	48.000	640	234 mensais
Z	79.500	34.159	439	234 mensais
Total	<u>432.675</u>	<u>363.139</u>	<u>25.332</u>	

FDCO				
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	200.000	186.486	41.210	40 semestrais
Total	<u>200.000</u>	<u>186.486</u>	<u>41.210</u>	

Eco135

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	71.489	71.489	4.358	276 mensais
b 1 ^a	661.572	328.436	-	234 mensais
c	263.289	55.194	-	234 mensais
Total	<u>996.350</u>	<u>455.119</u>	<u>4.358</u>	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Controladora	Consolidado		
								Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
a)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	819.410	1.162.935
b)	Ecovias dos Imigrantes	3a	Única	(i)	06/05/2021	mai/22	CDI 1,05% a.a.	-	-	-	606.935
c)	Ecovias dos Imigrantes	4a	Única	(i)	17/03/2022	abr/24	CDI + 1,20% a.a.	-	-	975.301	-
d)	Ecosul	4a	Única	(i)	30/05/2021	mai/24	CDI + 1,65% a.a.	-	-	373.955	371.941
e)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	23.015	64.017
f)	Ecopistas	1a	2a	(i)	15/01/2011	abr/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	21.358
g)	Ecopistas	1a	3a	(i)	15/01/2011	jul/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	20.923
h)	Ecopistas	1a	4a	(i)	15/01/2011	out/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	20.495
i)	Ecoponte	1a	Única	(i)	15/10/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	267.506	257.708
j)	Ecoo50	1a	Única	(i)	15/12/2017	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	106.309	100.897
k)	Ecovias do Cerrado	1a	Única	(i)	14/09/2022	set/23	CDI + 1,15% a.a.	-	-	187.216	-
l)	Ecovias do Araguaia	1a	Única	(i)	15/06/2022	jul/51	IPCA + 6,66% a.a.	-	-	609.000	-
m)	Ecorodovias Concessões	2a	3a	(i)	15/10/2012	out/22	IPC-A + 5,35% a.a.	-	-	-	232.708
n)	Ecorodovias Concessões	6a	2a	(i)	15/11/2017	nov/22	110,25% do CDI	-	-	-	379.376
o)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	15/11/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	37.566	37.676
p)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	15/06/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	466.760	441.944
q)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	15/04/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	857.240	847.532
r)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	15/04/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	85.094	80.550
s)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	13/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	1.076.121	1.039.287
t)	Ecorodovias Concessões	11a	Única	(i)	22/08/2022	set/27	CDI + 1,60% a.a.	-	-	1.094.460	-
u)	Ecorodovias Infraestrutura	6a	Única	(i)	07/03/2022	mar/27	CDI + 2,00% a.a.	991.387	-	991.387	-
v)	Holding do Araguaia	1a	Única	(i)	15/10/2021	out/36	IPC-A + 6,6647%	-	-	1.525.391	1.390.070
								991.387	-	9.495.731	7.076.352
							Circulante	43.132	-	2.091.793	1.837.935
							Não circulante	948.255	-	7.403.938	5.238.418

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	10,60%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografária	Não
b)	600.000	(2.223)	7,85%	Anual	Anual	Quirografária	Não
c)	950.000	(3.879)	7,39%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
d)	370.000	(1.851)	12,90%	Semestral	Semestral a partir de 2023	Quirografária	Não
e)	92.500	(3.255)	14,89%	Anual	Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
f)	92.500	(3.255)	14,87%	Anual	Anual		Não
g)	92.500	(3.255)	14,94%	Anual	Anual		Não
h)	92.500	(3.255)	14,88%	Anual	Anual		Não
i)	230.000	(15.246)	10,90%	Anual	Anual a partir de 2022	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
j)	90.000	(13.904)	15,14%	Semestral	Semestral	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e da Argovias Administração e Participações S.A.	Não
k)	180.000	(310)	14,89%	Anual	No vencimento	Quirografária e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
l)	600.000	(8.525)	12,47%	Semestral	Semestral a partir de 2026	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e BASA e Fiança Bancária	Não
m)	400.000	(11.043)	11,58%	Anual	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não
n)	750.450	(1.977)	6,11%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografária	Não
o)	30.000	(87)	11,90%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
p)	350.000	(1.972)	13,54%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
q)	833.675	(3.937)	9,11%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
r)	66.325	(296)	11,85%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não
s)	1.000.000	(13.123)	11,58%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
t)	1.050.000	(4.722)	8,81%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
u)	950.000	(3.983)	15,67%	Semestral	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
v)	1.400.000	(55.373)	13,09%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciárias de 100% das ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
	10.901.450	(178.933)					

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	-	-	-
2024	380.000	(970)	379.030	-	-	-
2025	285.000	(527)	284.473	-	-	-
2026	190.000	(216)	189.784	-	-	-
2027	95.000	(32)	94.968	-	-	-
Posteriores a 2027	-	-	-	-	-	-
	950.000	(1.745)	948.255	-	-	-

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023	-	-	-	1.577.450	(13.324)	1.564.126
2024	3.118.236	(11.582)	3.106.654	1.712.210	(7.446)	1.704.764
2025	650.712	(8.285)	642.427	274.606	(6.285)	268.321
2026	337.685	(7.642)	330.043	64.451	(5.952)	58.499
2027	1.267.765	(6.834)	1.260.931	36.753	(5.660)	31.093
Posteriores a 2027	2.108.684	(44.801)	2.063.883	1.649.447	(37.832)	1.611.615
	7.483.082	(79.144)	7.403.938	5.314.917	(76.499)	5.238.418

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	-	149.563	7.076.353	5.432.771
Adições	945.829	-	3.695.026	2.310.924
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	112.827	7.372	1.116.950	672.403
Pagamento principal	-	(150.000)	(1.399.971)	(873.485)
Pagamento de juros	(67.269)	(6.935)	(992.627)	(466.260)
Saldo no fim do exercício	991.387	-	9.495.731	7.076.353
Circulante	43.132	-	2.091.793	1.837.935
Não circulante	948.255	-	7.403.938	5.238.418

As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a:

Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 5 anos, contados da data de emissão, sendo amortizados anualmente a partir da data de emissão, com carência de 12 meses. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 2,00% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão foram destinados ao pagamento de parte da 7ª emissão de Notas Promissórias da Companhia. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de março de 2022.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ecovias dos Imigrantes

Em 22 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Ecovias dos Imigrantes, aprovou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 950.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$950.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 25 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,20% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 7 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados ao pagamento da 3ª emissão de debêntures da controlada e reforço de caixa para operações de investimento. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 22 de março de 2022.

Ecovias do Araguaia

Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convolada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contarão com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquirirem os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto (“Contrato de Concessão”), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022.

Ecovias do Cerrado

Em 16 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da controlada indireta Concessionária Ecovias do Cerrado S.A., aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 180.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$180.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 12 meses, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,15% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado em 1 ano. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados para reforço de caixa para operações de investimento. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de setembro de 2022.

Ecorodovias Concessões e Serviços

Em 05 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a 11ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. A emissão é composta de 1.050.000 debêntures, com valor nominal de R\$1, perfazendo um total de R\$1.050.000, na data de emissão. O prazo de vencimento do principal será de 5 anos, contados da data de emissão. As referidas debêntures serão remuneradas pelo CDI + 1,60% a.a., e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, com carência de 6 meses contados da data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram destinados para reforço de caixa para operações de investimento. As referidas debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 05 de setembro de 2022.

Os contratos requerem a manutenção de certos índices financeiros (“*covenants*”). Conforme demonstrado no quadro a seguir, as controladas estão adimplentes com os referidos índices:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecosul	4 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	1,14
Ecovias	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	< 3,5x > 2,0x	1,85 6,93
	4a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,84
Ecopistas	1 ^a	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	52,76%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	2,37
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 4,0x	1,63
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	2,38
Ecorodovias Concessões	4 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,33
	6 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,33
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 1,50x	2,88
	7 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,50x	4,04
	8 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,93
	10 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,33
	11 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,75x	3,93
Eco050	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	1,32
		Patrimônio líquido/Ativo total	≥ 20%	39,87%
Ecoponte	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	≥ 1,30x ≥ 20%	1,69 31,80%
Ecovias do Araguaia	1 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado (Fiadora)	≤ 5,50x	3,77
Holding do Araguaia	1 ^a	Dívida líquida/EBITDA ajustado – Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	≤ 5,50x	3,77

As controladas da Companhia estão adimplentes com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas Ecorodovias Concessões e Serviços, Ecopistas, Ecoponte, Holding do Araguaia e Ecovias do Cerrado, possuem cláusulas restritivas de “*cross default*” que estabelecem a antecipação das dívidas na ocorrência do não cumprimento de obrigações contratuais da Companhia, das próprias controladas e de outras controladas relevantes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, inexistiu evento de vencimento antecipado de dívida relacionado a cláusulas restritivas da Companhia e das referidas controladas.

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	-	420	154.330	25.817
Circulante	-	420	51.252	17.568
Não circulante	-	-	103.078	8.249

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	420	86	25.817	40.402
Adições	-	1.391	181.761	13.350
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	7	100	13.270	8.865
Pagamento principal	(420)	(1.057)	(53.248)	(27.935)
Pagamento de juros	(7)	(100)	(13.270)	(8.865)
Saldo no fim do exercício	-	420	154.330	25.817

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Ativo	Resultado	
		Circulante	Receita locação de imóveis	Receita Juros de mútuo
RDC Concessões S.A. (a)	Controlada indireta	32	-	-
CECM Concessões S.A. (a)	Controlada indireta	32	-	-
Igli do Brasil (a)	Outras partes relacionadas	15	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada indireta	74	856	-
Itinera Construções Ltda (o)	Outras partes	4	46	-
Igli do Brasil (o)	Outras partes	64	46	-
ASTM S.A. (q)	Controladora	195	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		416	948	-
Total em 31 de dezembro de 2021		334	799	242

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita de Locação de Imóveis/Serviços	Custos e Despesas	
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	25.840	3.313	-	1.570	
Consórcio Binário Porto de Santos (d)	Outras partes relacionadas	-	73.068	9.690	-	-	
Consórcio Alça da Ponte (e)	Outras partes relacionadas	-	6.697	-	-	-	
Consórcio BR050 (f)	Outras partes relacionadas	-	26.080	19.698	-	-	
Consórcio SP-070 (g)	Outras partes relacionadas	-	2.110	-	-	-	
Itinera Construções Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	139.832	-	-	-	
Itinera Construções Ltda. (r)	Outras partes relacionadas	-	216.731	-	-	-	
ICCR 135 S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	51.437	22.978	-	-	
ICCR 153 S.A. (j)	Outras partes relacionadas	-	38.780	38.780	-	-	
Consórcio NN Engenharia e Consultoria (k)	Outras partes relacionadas	-	-	334	-	5.019	
Consórcio Baixada Santista (l)	Outras partes relacionadas	-	224	-	-	-	
Igli Brasil (m)	Outras partes relacionadas	56	-	-	-	-	
SINELEC SPA (n)	Outras partes relacionadas	-	3.413	747	-	-	
Itinera Construções Ltda. (o)	Outras partes relacionadas	4	-	-	46	-	
Igli Brasil (o)	Outras partes relacionadas	64	-	-	46	-	
Igli Brasil (a)	Outras partes relacionadas	15	-	-	-	-	
GLP Imigrantes Empreendimentos (p)	Outras partes relacionadas	-	-	1.317	-	-	
Consórcio PSG (s)	Outras partes relacionadas	-	269	-	-	-	
ASTM SPA (q)	Controladora	195	-	-	-	-	
Total em 31 de dezembro de 2022		334	584.481	96.857	5.111	6.589	
Total em 31 de dezembro de 2021		364	239.141	36.080	4.425	-	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) O saldo refere-se a repasse de despesas entre unidades.
- (b) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$74, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$166.944. O prazo para execução desses contratos é até 30 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto é de R\$3.313 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" à Ecovias dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$135.367 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$9.690 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, prestou serviços de construção civil. Em 31 de dezembro de 2022 não há saldo em aberto.
- (f) O Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviços de Execução de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$262.598 e o prazo final para execução destes serviços foi em 31 de agosto de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto é de R\$19.698 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (g) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinera Construções Ltda, prestou serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado era de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços foi em 30 de novembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo a pagar.
- (h) A Itinera Construções Ltda, prestou serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado era de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido à ICCR 135 S.A..
- (i) A ICCR 135 S.A, cessionária do contrato junto à Itinera Construções S.A e Crasa Infraestrutura S.A. desde 1º de dezembro de 2022, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$22.978 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (j) A ICCR 153 S.A, cessionária do contrato junto à Itinera Construções S.A e Crasa Infraestrutura S.A desde 1º de dezembro de 2022, prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO . O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 15 de janeiro de 2057. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (k) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A, presta serviços de construção civil. O preço global firmado é de R\$ 5.976 e o prazo final para execução destes serviços é em 31 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$334 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (l) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - Sistema Anchieta-Imigrantes e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Usina da Ecovias". O preço global firmado é de R\$18.731 e o prazo final para execução destes serviços foi em 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo a pagar.
- (m) A controlada Ecorodovias Concessões e Serviços, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$80 com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (n) A SINELEC SPA, pertencente ao grupo ASTMS, controlador do Grupo EcoRodovias, presta serviços de desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema Multilane Freeflow Tolling à: Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas e Eco101 Concessionária de Rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$747 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (o) A Itinera Construções Ltda. e IGLI do Brasil Participações Ltda, firmaram contrato de locação de salas na sede da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. O preço global firmado é de R\$190 e o prazo final é 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber é de R\$68.
- (p) GLP Imigrantes Empreendimentos, parte relacionada da Holding do Araguaia, controlada da Companhia, mantém contrato de aluguel do Galpão localizado na Rodovia dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$ 44.381 e o prazo final do contrato foi em 09 de agosto de 2022. O valor mensal do aluguel era de R\$598.
- (q) O saldo refere-se a repasse de despesas entre controladora e controlada.
- (r) A Itinera Construções Ltda., prestou serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos é 15 de janeiro de 2057. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para ICCR 153 S.A.
- (s) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A, prestou serviços de assessoria técnica e coordenação dos serviços de elaboração e revisão dos projetos básicos e executivos do empreendimento, para as obras de interligação entre a Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055. O preço global firmado era de R\$ 3.769 e o prazo final para execução destes serviços foi em 30 de junho de 2022 . Em 31 de Dezembro de 2022, não há saldo a pagar em aberto.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2022 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
				100% CDI + 1,20% a.a.		
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025		182.475	163.597
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	70.410
RDC Concessões S.A.	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	80.490
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	12/2021	02/2023	100% CDI	3.618	-
					<u>186.093</u>	<u>314.497</u>

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022 em R\$13.445 (R\$14.955 para o exercício de 2021), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	2.937	4.846	22.742	22.872
Gratificação (a)	-	1.486	1.433	2.271
ILP Gavio (b)	-	1.314	-	1.314
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>) (c)	(212)	(188)	(541)	(2.461)
Seguro de vida	4	3	52	46
Assistência saúde	90	166	1.281	1.298
Previdência privada	138	91	862	686
FGTS	121	65	1.086	836
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	413	221	3.850	2.995
Diretores estatutários	<u>3.491</u>	<u>8.004</u>	<u>30.765</u>	<u>29.857</u>
Conselho de Administração	4.866	3.121	5.211	3.178
Conselho Fiscal	791	784	791	784
Remuneração Global	<u>9.148</u>	<u>11.909</u>	<u>36.767</u>	<u>33.819</u>

(a) Refere-se à gratificação extraordinária paga aos diretores executivos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração;

(b) Refere-se ao provisionamento e pagamento do incentivo de longo prazo previsto no contrato de trabalho do Diretor Executivo de Negócios Rodoviários do exercício de 2021, sendo este contratado pelo controlador. Os pagamentos foram realizados dentro dos parâmetros previstos pela legislação tributária brasileira;

(c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração com base em ações está negativa, em função da redução do valor da ação da Companhia (ECOR3), base para a constituição da provisão de R\$7,32 em 31 de dezembro de 2021, para R\$4,45 em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 8,42% e 10,86% (7,92% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.850.884	147.864	-	-	1.998.748
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(390.656)	(34.552)	-	-	(425.208)
Realização da manutenção	(1.479.352)	-	(119.909)	-	(1.599.261)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	320.995	-	-	28.423	349.418
	<u>301.871</u>	<u>113.312</u>	<u>(119.909)</u>	<u>28.423</u>	<u>323.697</u>
Circulante	95.143				94.792
Não circulante	206.728				228.905

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.757.723	93.161	-	-	1.850.884
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(361.198)	(29.458)	-	-	(390.656)
Realização da manutenção	(1.219.909)	-	(259.443)	-	(1.479.352)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	279.338	-	-	41.657	320.995
	<u>455.954</u>	<u>63.703</u>	<u>(259.443)</u>	<u>41.657</u>	<u>301.871</u>
Circulante	262.142				95.143
Não circulante	193.812				206.728

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pelas controladas indiretas. Os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto passou a corresponder ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) de cada concessionária.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras (*)	155.085	34.178	-	-	189.263
Efeito do valor presente sobre a constituição (*)	(21.858)	(20.681)	-	-	(42.539)
Realização da construção	(107.267)	-	(728)	-	(107.995)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.340	-	-	690	20.030
Atualização Monetária	4.257	3.703	-	-	7.960
	<u>49.557</u>	<u>17.200</u>	<u>(728)</u>	<u>690</u>	<u>66.719</u>
Circulante	37.357				18.971
Não circulante	12.200				47.748

	31/12/2020	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras (**)	141.691	13.394	-	-	155.085
Efeito do valor presente sobre a constituição (**)	(20.454)	(1.404)	-	-	(21.858)
Realização da construção	(105.877)	-	(1.390)	-	(107.267)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.267	-	-	73	19.340
Atualização Monetária	5.088	(831)	-	-	4.257
	<u>39.715</u>	<u>11.159</u>	<u>(1.390)</u>	<u>73</u>	<u>49.557</u>
Circulante	1.618				37.357
Não circulante	38.097				12.200

(*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a controlada EcoRioMinas. A taxa de desconto utilizada foi de 6,26% correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

(**) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A taxa de desconto utilizada foi de 8,72% correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE – CONSOLIDADO**i) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Parcelas:		
Fixas - Eco135 (a)	963.727	1.526.269
Variável - Ecovias (b)	2.003	1.748
Variável - Ecopistas (b)	669	507
Variável - Ecosul (c)	1.145	288
Taxa de fiscalização - Ecovias do Cerrado (d)	359	326
Taxa de fiscalização - Ecoponte (d)	355	317
Taxa de fiscalização - Eco101 (d)	679	610
Taxa de fiscalização - ECO050 (d)	543	491
Taxa de fiscalização - EcoRioMinas (d)	1.633	-
Taxa de fiscalização - Araguaia (d)	994	914
Outras CECM - Verba Polícia Rodoviária (e)	324	367
Outras RDC – PRE/PRF (e)	51	262
Outras - Araguaia (f)	1.123.688	1.072.617
Outras - EcoRioMinas (g)	1.878	-
	<u>2.098.048</u>	<u>2.604.716</u>

Circulante	118.448	100.831
Não circulante	1.979.600	2.503.885

- a) Conforme contrato de concessão da controlada direta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.605.947. Em 30 de junho de 2022, a controlada assinou o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, com a inclusão de novas obras e a redução no valor da outorga. Concomitantemente, a controlada realizou a revisão da taxa de desconto considerando a taxa WACC real de 8,37% resultando numa redução do passivo.
- b) A parcela variável das controladas diretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação e receitas acessórias.
- c) A parcela variável da controlada direta Ecosul é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- d) Taxa de fiscalização das controladas: consiste num montante anual, dividida em 12 parcelas mensais, devendo ser recolhida em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. A seguir a companhia apresenta a distribuição da referida taxa por controlada:

Companhia	Taxa de fiscalização - ANTT		Valor mensal da parcela em	
	Total anual		31/12/2022	31/12/2021
Ecovias do Cerrado	3.390		359	326
Ecoponte	2.524		355	317
Eco101	3.722		679	610
Eco050	4.056		543	491
EcoRioMinas	17.960		1.633	-
Ecovias do Araguaia	9.732		994	914

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações****financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- e) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia, e a finalização do pagamento está condicionada a necessidade da Polícia Rodoviária. Aguarda-se a indicação da referida instituição para a finalização dos pagamentos.
- f) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a controlada Ecovias do Araguaia, em conjunto com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – “ANTT”, assinou com o Banco Bradesco S.A., contrato de prestação de serviços de depositário, no qual foram definidos os termos para as alocações das “Contas Vinculadas”, de acordo com o Contrato de Concessão. A conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão são realizadas a retenções sobre a receita bruta auferida, para utilização em eventuais futuros reequilíbrios contratuais, dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão.
- g) Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão da controlada EcoRioMinas, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação.

A movimentação do exercício das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	2.604.716	1.003.361
Custo (vide Nota Explicativa nº 26)	103.181	85.613
Baixa Principal (vide Nota Explicativa 21.v)	(253.718)	-
Adição Principal	-	2.060.986
Revisão taxa AVP (vide Nota Explicativa 21.vi)	(366.262)	418.846
Intangível	-	2.364
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 27)	154.275	201.018
Rendimento de aplicação conta ajuste (vide Nota Explicativa nº 9)	37.644	-
Retenção conta ajuste (vide Notas Explicativas nº 21.k e 21.l)	16.484	-
Reembolso DUF ANTT EcoRioMinas	(1.179)	-
Pagamento do principal	<u>(197.093)</u>	<u>(1.167.472)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.098.048</u>	<u>2.604.716</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii) Principais características dos Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais Contratos de Concessão da Companhia, por entidade:

Concessão	Assinatura Contrato	Prazo final	Extensão (Km)	Estado	Tipo de Concessão	Poder Concedente	Índice Reajuste	Data de reajuste (anualmente em)
Ecovias dos Imigrantes (a)	27/05/1998	11/02/2034*	176,80	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecopistas (b)	17/06/2009	18/06/2039	143,50	SP	Estadual	ARTESP	IPC-A	01 de julho
Ecosul (c)	15/07/1998	03/03/2026	457,30	RS	Federal	ANTT	**	01 de janeiro
Eco101 (d)	17/04/2013	09/05/2038	478,70	ES/BA	Federal	ANTT	IPC-A	18 de maio
Ecoponte (e)	18/05/2015	31/05/2045	25,60	RJ	Federal	ANTT	IPC-A	01 de junho
Eco135 (f)	19/06/2018	18/06/2048	363,95	MG	Estadual	SEINFRA-MG	IPC-A	01 de abril
Eco050 (g)	05/12/2013	07/01/2044	436,60	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	12 de abril
Ecovias do Cerrado (h)	19/12/2019	19/01/2050	437,00	MG/GO	Federal	ANTT	IPC-A	14 de novembro
Ecovias do Araguaia (i)	29/09/2021	08/10/2056	850,70	TO/GO	Federal	ANTT	IPC-A	03 de outubro
EcoRioMinas (j)	19/08/2022	21/09/2052	726,9	RJ/MG	Federal	ANTT	IPC-A	01 de março
Ecoporto Santos (k)	12/06/1998	12/06/2023	-	SP	Porto	Santos Port Authority	N/A	N/A
Ecopátio Cubatão (l)	21/12/1999	21/12/2029	-	SP	Área	Pref. Cubatão	N/A	N/A
Total			4.100,15					

(*) Considera o aditivo de extensão conforme Nota Explicativa nº 21.iv).

(***) Cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplanagem (coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (coluna 39 FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (coluna 39 FGV): 30%.

a) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreram as assinaturas dos Termos Aditivos Modificativos nº 20/2022 e 21/2022, conforme Nota Explicativa nº 21.iv).

Casos de extinção: Conforme cláusula 38 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

b) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 – Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 – Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram outras mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além do mencionado na Nota Explicativa nº 21.v).

Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

c) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão o denominado Polo Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, contendo as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 13.3 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 25 (vinte e cinco anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

e) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte

Explora pelo regime de concessão a Infraestrutura e a prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, da BR-101/RJ: Trecho de Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) – “Ponte Rio-Niterói”, com 28,7km de extensão. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

f) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme Nota Explicativa nº 21.vi).

Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

g) Eco050 – Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorno existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão “Edital nº 001/2013 Parte VII”. A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta anos), nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária – PER, ou em decorrência de sua alteração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

h) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MG, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses: (i) por até 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe; ou (ii) por até 2 (dois) anos, nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato, o prazo do contrato poderá ser estendido, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

i) Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento ao Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

j) EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.

Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-116/465/493/RJ/MG, composto pelos trechos da (i) BR-116/RJ, entre o km 2,1 e o km 148,4; e entre o km 168,1 e o km 214,7, no Estado do Rio de Janeiro; (ii) BR-116/MG, entre o km 408,5 e o km 818,1, no Estado de Minas Gerais; (iii) BR-465/RJ, entre o km 0,0 e o km 22,8 no Estado do Rio de Janeiro e; (iv) BR-493/RJ, entre o km 0,0 e o km 26,0; e entre o km 48,1 e o km 123,7, no Estado do Rio de Janeiro, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso furtivo, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assumira o objeto do Contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço.

Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta do *Free Flow* para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão.

Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do *Free Flow*, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do *Free Flow*, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação.

Casos de extinção: Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão.

k) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), aprovando o “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental”, contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Para mais informações vide Nota Explicativa nº 22.c).

l) Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com 442.679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.814, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos.

iii) Outros compromissos relativos a concessões

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos futuros relativos a EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	31/12/2022 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	7.704	84.612	45.947	138.263
Ecovias	490.667	1.067.975	57.729	1.616.371
Ecopistas	45.910	503.514	280.346	829.770
Eco101	1.234.994	510.659	436.697	2.182.350
Ecoponte	177.654	186.030	104.948	468.632
Eco050	445.363	1.336.485	11.581	1.793.429
Eco135	804.592	1.198.214	59.879	2.062.685
Ecovias do Cerrado	633.321	1.589.123	68.652	2.291.096
Ecovias do Araguaia	3.644.806	3.525.280	585.711	7.755.797
Total	7.485.011	10.001.892	1.651.490	19.138.393

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31/12/2021 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul	19.616	120.044	43.647	183.307
Ecovias	425.454	1.130.992	55.741	1.612.187
Ecopistas	49.239	555.901	272.971	878.111
Eco101	1.360.981	589.956	414.934	2.365.871
Ecoponte	182.862	187.979	99.822	470.663
Eco050	446.083	1.464.030	13.844	1.923.957
Eco135	828.496	1.299.969	56.787	2.185.252
Ecovias do Cerrado	749.382	1.649.979	99.681	2.499.042
Ecovias do Araguaia	3.684.154	3.751.422	676.351	8.111.927
Total	7.485.011	10.001.892	1.651.490	19.138.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$2.488.971, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto dos Contratos de Concessão.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Manutenção, as controladas da Companhia, tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la aos Poderes Concedentes ao final dos Contratos de Concessão.

Seguros Contratados

As controladas da Companhia, tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os Contratos de Concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Companhia	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Ampliação	Ecovias dos Imigrantes	01/01/2024	Pottencial	173.863
Seguro Garantia - Ampliação	Ecopistas	31/12/2023	Fator	66.507
Seguro Garantia - Construções	CECM Concessões	31/07/2023	HDI	5.880
Seguro Garantia - Construções	RDC Concessões	31/08/2023	HDI	52.917
Seguro Garantia - Operações	Ecosul	31/08/2023	BTG/TOO	25.847
Seguro Garantia - Operações	Ecovias	01/01/2024	Pottencial	534.233
Seguro Garantia - Operações	Ecopistas	31/12/2023	Fator	178.226
Seguro Garantia - Operações	Eco101	31/12/2023	Fator	129.955
Seguro Garantia - Operações	Ecoponte	31/12/2023	Fator	253.248
Seguro Garantia - Operações	Eco050	31/12/2023	BTG/TOO	602.651
Seguro Garantia - Operações	EcoRioMinas	31/12/2023	BMG	708.643
Seguro Garantia - Operações	Eco135	01/07/2023	Pottencial	194.262
Seguro Garantia - Operações	Ecovias do Cerrado	31/12/2023	BTG/TOO	133.064
Seguro Garantia - Operações	Ecovias do Araguaia	31/12/2023	Pottencial	442.365
Seguro Garantia - BID Edital CRT (EcoRioMinas)	Ecorodovias Concessões e Serviços	16/05/2023	BMG	138.646
Seguro Garantia - BID Edital Noroeste Paulista	Ecorodovias Concessões e Serviços	13/03/2023	BTG/TOO	58.056
				<u>3.698.363</u>

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iv) Termos Aditivos Modificativos (“TAM”) – Ecovias dos Imigrantes

TAM nº 020/2022

Em 31 de março de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 20/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes (“Ecovias”), a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

O TAM nº 20/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obras de complementação do dispositivo de acesso ao Bairro Jardim Casqueiro, localizado no km 59+850 da Rodovia Anchieta, mediante a implantação de via coletora na pista norte e a alça de acesso do viaduto à Av. Joaquim Jorge Peralta, além de outras intervenções. As obras proporcionarão melhorias nos acessos, trânsito e segurança dessa região do município de Cubatão-SP e serão realizadas até setembro de 2023.

O valor total das obras e serviços é de R\$72.675 (base: set/2021), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 8,583%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 62 dias, com término da concessão no dia 21 de janeiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

TAM nº 021/2022

Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 21/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes (“Ecovias”), a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”).

O TAM nº 21/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obra correspondente à implantação de Ciclovia e Passarela da chamada “Rota Márcia Prado” entre o km 38 e o km 42 da Rodovia dos Imigrantes (SP 160). A obra proporcionará maior segurança viária aos ciclistas que acessam o trecho com destino ao litoral, possibilitando a segregação do trânsito das bicicletas do tráfego da Rodovia dos Imigrantes e será realizada até outubro/2023.

O valor total das obras e serviços é de R\$17.200 (base: mar/2022), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 9,46%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 21 dias, com término da concessão no dia 11 de fevereiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

v) Termo Aditivo Modificativo Coletivo (“TAM Coletivo”) nº 02/2022 – Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas

Em 17 de agosto de 2022, as controladas Ecovias dos Imigrantes e Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto – Ecopistas, assinaram o Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 02/2022, com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”), e ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, na qualidade de interveniente-anuente.

O TAM Coletivo tinha por objeto disciplinar o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão das Concessionárias em razão da não aplicação do reajuste tarifário de 11,7% previsto para 1º de julho de 2022. O reequilíbrio ocorreu por meio de pagamentos bimestrais, realizados pelo Poder Concedente às Concessionárias no último dia útil dos meses de (i) agosto, (ii) outubro e (iii) dezembro de 2022, relativo ao montante da receita que deixou de ser arrecadada nos seguintes períodos: (i) 1º de julho a 15 de agosto; (ii) 16 de agosto a 15 de outubro; e (iii) 16 de outubro a 15 de dezembro de 2022. O TAM

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Coletivo ainda previa que o reajuste das tarifas de pedágio de 11,7% seria aplicado até 16 de dezembro de 2022, data em que foram efetivamente aplicados os reajustes das tarifas.

vi) 1º Termo Aditivo – Eco135 Concessionária de Rodovias

Em 29 de junho de 2022, ocorreu a celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato SETOP 004/2018 de Concessão da BR135, entre a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA, que resultará no reequilíbrio em favor da Concessionária, mediante desconto integral da outorga pelo prazo de 30 meses, a contar a partir do início da operação do segmento rodoviário denominado Anel Viário de Montes Claros pela controlada.

O desconto sobre o valor total da outorga a ser paga ao Poder Concedente pela Concessionária é de R\$244.000 (base: mar/2022), representando uma redução de aproximadamente 20% em valor presente das obrigações futuras (R\$253.718 na data do registro contábil em junho de 2022).

O Termo Aditivo tem por objeto a incorporação, no Contrato de Concessão, do Anel Viário composto por 14,09 km de rodovias, sendo 4,45 km referente a implantação de novos trechos e 9,64 km referente a restauração e adequação de trecho já existente. O valor total das obras do Anel Viário é de R\$230.000 (base: mar/2022), resultando em um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno real desalavancada (TIR) de 8,47% a.a. em favor da Concessionária, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

O Termo Aditivo ainda prevê a exclusão de trecho urbano de Montes Claros com extensão de 3,1 km, que será excluído do Contrato de Concessão concomitantemente ao início da operação do Anel Viário, previsto para janeiro de 2024, no valor total de R\$44.000 (base: mar/2022).

vii) Revisão da taxa AVP – Eco135 Concessionária de Rodovias

Considerando que, conforme Nota Explicativa nº 21.iv), em 29 de junho de 2022 a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinou termo aditivo ao Contrato de Concessão, estabelecendo novos termos ao contrato e com conseqüente redução na dívida regulatória, a Companhia realizou de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente item 5, a revisão da taxa de AVP atual. A nova taxa de AVP permite uma melhor posição de valor econômico, promovendo a divulgação de informações mais próximas da realidade econômica. Mediante utilização da técnica de ajuste a valor presente, as contas do Ativo e as do Passivo são avaliadas por critérios de mensuração que possibilitam apresentá-las a valores correspondentes às respectivas datas de transação. Uma nova mensuração do ajuste a valor presente foi realizada, gerando um novo reconhecimento do valor patrimonial. A taxa de desconto considerando a taxa WACC real atual é de 8,37%.

viii) Adesão ao Processo de Relicitação – Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Conforme Fato Relevante, divulgado em 15 de julho de 2022, a controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. protocolou, naquela data, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA.

O requerimento apresentado pela Concessionária teve a sua viabilidade atestada pela decisão nº 361/2022 da Diretoria Colegiada da ANTT e aprovações pelo Ministério da Infraestrutura (Portaria nº 1.649/2022) e pelo Conselho do Programa de Parcerias em Investimentos do Governo Federal (“PPI”) (Resolução CPPI nº 263/2022 – ad referendum).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ainda se aguarda a publicação do Decreto Presidencial que autorize a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, iniciando-se o prazo de 90 dias para a sua assinatura. A adesão ao processo de relicitação somente se tornará irrevogável e irretroatável após cumpridos os procedimentos previstos nos artigos 3º a 6º do Decreto nº 9.957/2019 e a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão prevista no art. 15, da lei 13.448/2017.

Considerando que a intenção de adesão ao processo de relicitação não é um evento vinculante, não há nesse momento nenhum reflexo no balanço e no resultado da controlada e da Companhia.

ix) Reconhecimento de equilíbrio contratual Ecopistas

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável à Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas. A Fazenda Pública do Estado e a ARTESP recorreram desta decisão em 11 de maio de 2018. Em 08 de junho de 2020 o acórdão do TJSP negou provimento ao recurso do Estado/ARTESP, que não recorreu da decisão (certidão de trânsito em julgado publicada em 18 de agosto de 2020). Em dezembro/2020 o processo administrativo referente ao reequilíbrio foi retomado pela Ecopistas junto à ARTESP. Dois temas foram pautados na ARTESP em relação ao desequilíbrio, um deles já superado com a evolução das agendas realizadas: (i) valor das obras realizadas: tema superado com o convencimento da ARTESP e reconhecimento do desequilíbrio gerado; e (ii) traçados: tema ainda em discussão na agência para deliberação sobre qual a diferença entre traçados deverá ser utilizada para cálculo do desequilíbrio final.

Em 05 novembro de 2022, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão do conselho diretor da ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte de São Paulo, que reconheceu o desequilíbrio contratual da controlada Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, causado pelo acréscimo da Obra do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto no trecho de Taubaté.

O valor reconhecido é de R\$52.877 (data-base: julho/2008), com valor atualizado de R\$476.858 (data-base: julho/2022). A Agência dará continuidade ao trâmite processual para definição da modalidade de reequilíbrio e formalização do respectivo Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão.

22. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar) e RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas – Ecocataratas).

Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecovia, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“ECS”) e a Companhia, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as lenientes. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Apresentadas as defesas foi realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Atualmente, aguarda-se a realização de provas e da perícia, com prazo para as partes indicarem quesitos e recurso contra a decisão que rejeitou as preliminares.

Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladas ECS e as Concessionárias do Paraná (Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que as obrigações estabelecidas estão sendo cumpridas pela Companhia. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Aguarda-se que o DER/PR efetue a medição final das obras executadas, bem como definição pelo MPF acerca de divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pelo SICRO para o custo dos investimentos executados.

Adicionalmente, a Companhia informa que, nos termos da Cláusula 6a, item (I) do Acordo, se comprometeu a implementar um programa de integridade efetivo e robusto, com base nos critérios estabelecidos no Capítulo IV do Decreto n. 8.420, de 18 de março de 2015, para mitigação de eventuais riscos de corrupção e suborno, a partir das descrições dispostas no Apêndice 1 do Acordo. Tal Programa de Integridade deve ser implementado no prazo de 32 (trinta e dois) meses contados do início do regime de monitoramento independente, ao qual a Companhia também aceitou se sujeitar, conforme o Apêndice 2 do Acordo, e que tem por objetivo assegurar a implementação das medidas descritas no Apêndice 1 ("Monitoramento"). Com base nas recomendações formuladas no bojo do Monitoramento, a Companhia vem continuamente implementando melhorias consistentes no seu Programa de Integridade. Dentre outros aprimoramentos, em fevereiro de 2021 a Companhia obteve a certificação ISO 37001, que atesta o compromisso contínuo com a adoção de mecanismos para coibir práticas de anticorrupção e suborno. Esta certificação foi mantida em fevereiro de 2022. Além disso, em janeiro de 2022, foi criada uma Diretoria de Compliance, com vistas a garantir a independência, estrutura e autoridade da área responsável pela aplicação do Programa de Integridade e pela fiscalização de seu cumprimento. O cronograma e o status da implementação das recomendações formuladas pela Monitora Independente são periodicamente reportados pela Diretoria de Compliance ao Comitê de Auditoria da Companhia. A Monitora Independente entregou o Terceiro Relatório em 10 de outubro de 2022 e, em 05 de dezembro de 2022, apresentou o Plano de Trabalho para sanar questões elencadas no Terceiro Relatório, entendendo ser necessária extensão dos trabalhos da equipe de monitoramento independente para apresentação do relatório final conclusivo, com certificação, até 31 de março de 2023. As Colaboradoras concordaram com o Plano de Trabalho apresentado pela Monitora e requereram ao MPF a extensão, até o dia 31 de março 2023, do prazo de implementação do Programa de Integridade e do Monitoramento Independente, o que foi deferido pelo MPF em 15 de dezembro de 2022.

Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a Companhia recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A Companhia e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a Ecocataratas e R\$27.570 para a Ecovia; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas, Ecovia e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que se aguarda julgamento.

Em agosto de 2020, foi proposta por Ecovia e Ecocataratas a Ação Ordinária – 5040685-63.2020.4.04.7000 – 1VF Curitiba – visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade às Concessionárias, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. O DER/PR interpôs recurso, sem sucesso. Aguarda-se julgamento do processo. Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná – AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

determinou-se a realização de estudos, pelo DER de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. Ecovia e Ecocataratas interpuseram ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR opôs recurso de ambas as sentenças, acerca dos quais se aguarda julgamento.

Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra Ecovia e Ecocataratas e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito, decisão atacada por recurso pelas Concessionárias. Apresentada a defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar. Em decisão saneadora o Conselheiro Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Em setembro de 2022 as partes foram intimadas para apresentar todos os atos societários desde a sua constituição para viabilizar a citação dos Controladores. Em 09 de setembro de 2022 as Concessionárias apresentaram a documentação requerida. Aguarda-se a expedição das citações aos Controladores para que integrem o processo. Em 08 de novembro de 2022 foi publicada decisão do Colegiado do TCE acolhendo os recursos das concessionárias revogando a liminar anteriormente concedida. O Colegiado do TCE entendeu que não haviam fundamentos para se manter a liminar anteriormente concedida.

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

Pavimento

Ação judicial proposta pela Concessionária em 22 de março de 2021 em que discute a ilegalidade dos atos praticados pela ANTT quanto aos critérios de apuração do cronograma de investimentos das obras de recuperação e manutenção do pavimento incorporadas ao Contrato pelo 6º Termo Aditivo. Em suma, a partir de 2020 a ANTT alterou os critérios para a aceitação das obras incluídas pelo Aditivo e, com base nesse novo entendimento, revisou avaliações de anos anteriores para apontar inexecuções de obras que já haviam sido aceitas, acarretando em elevados índices de inexecução. Como consequência disso, iniciou processos administrativos para a aplicação de multas à Concessionária estimadas em R\$26.661, determinou o refazimento das obras que haviam sido aceitas entre 2016-2019 e apurou desconto tarifário correspondente a 3,17% a ser aplicado no processo de Revisão Ordinária da Tarifa de 2021. Nesse contexto, a Concessionária pleiteou, cautelarmente, que o Judiciário suspendesse as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades e; iii) pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requereu a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato.

Em 11 de junho de 2021, após ouvir a ANTT, o Judiciário reconheceu liminarmente os argumentos da Concessionária e determinou que a ANTT se abstenha, até a sentença, de a) exigir e/ou impor novas sanções à requerente e a aplicar redução tarifária com fundamento nos fatos levados ao juízo; e b) exigir o refazimento das obras realizadas a partir do 6º Termo Aditivo até que seja proferida sentença nos autos. Em 01 de outubro de 2021, o TRF-01 negou provimento ao agravo de instrumento da ANTT e manteve a decisão liminar por seus próprios fundamentos. Aguarda-se andamento do processo e julgamento do mérito em primeira instância. A decisão judicial tem sido cumprida pela ANTT.

Acórdão nº 2.275/2021 – TCU

Em setembro de 2021, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 2.275/2021, emitido em sede de medida cautelar pelo Tribunal de Contas da União no sentido de suspender o reajuste tarifário promovido pela Deliberação da ANTT nº 277/2021, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A medida cautelar decorreu de representação apresentada por deputados federais do RS. Em síntese, os Representantes alegam que a referida Deliberação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ao elevar os valores dos pedágios praticados pela Ecosul, traria problemas econômicos à região de Pelotas/RS e iria de encontro ao Acórdão 883/2020 do TCU, que teria indicado a existência de potenciais desequilíbrios a serem apurados pela Agência Reguladora, atualmente com exigibilidade suspensa.

Segundo o TCU, a Deliberação ANTT nº 277/2021 teria contrariado o Acórdão nº 883/2020 ao autorizar a majoração das tarifas praticadas no polo rodoviário de Pelotas. No entendimento do ministro relator, diante da possibilidade de se confirmar a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato discutida na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, haveria fundamentos para se suspender o “aumento das tarifas” até o julgamento do pedido de reexame da Concessionária e dos embargos de declaração da ANTT naquele processo.

A Concessionária e a ANTT recorreram da decisão cautelar e apresentaram suas razões em oitiva para revogar a suspensão da Deliberação ANTT nº 277/2021, na medida em que os efeitos da 17ª Revisão Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão decorrem de reajuste tarifário anual, previsto contratualmente, não tendo havido quaisquer violações aos comandos discutidos na Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, uma vez que a ANTT tomou o devido cuidado para respeitar as disposições do Acórdão nº 883/2020 no âmbito do processo de revisão tarifária.

A referida decisão também afetou o reajuste da tarifa em 2022 (18ª Revisão Ordinária e 15ª Revisão Extraordinária do Contrato), que foi aprovado, com atraso em relação à data-base contratual, em 01 de novembro de 2022, por meio da Deliberação nº 332/2022.

Em que pese ter havido a propositura de nova medida cautelar perante o TCU com o objetivo de suspender tal reajuste (TC nº 028.576/2022-5), a área técnica do Tribunal de Contas já emitiu avaliação que atesta que a decisão da ANTT respeita as determinações do TCU. Portanto, a Deliberação nº 332/2022 permanece vigente e não há, até a presente data, decisão que suspenda o atual reajuste tarifário, que compreendeu os efeitos das revisões de 2021 e 2022. Aguarda-se o julgamento de referida medida cautelar

O atraso na implementação dos referidos reajustes gerou uma perda de receita a ser reequilibrada em favor da Concessionária no montante total de R\$ 78.582. O direito ao reequilíbrio decorrente dos atrasos é reconhecido pela ANTT, conforme o item 35 da Nota Técnica SEI nº 5322/2022/GEGEF/SUROD/DIR, ao estabelecer que o atraso na aplicação destas alterações deverá ser reequilibrado na próxima Revisão Ordinária.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), e a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a controlada efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante ora mencionado, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível” na sub-rubrica “Contrato de Concessão”.

Acórdão 883/2020 – TCU

Em 16 de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A (“Ecosul”), sem que esta fosse parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão;

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293 (no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR-392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu às diretrizes contratuais e normativas vigentes. A Concessionária apresentou manifestação ao processo, requerendo o seu ingresso como parte interessada e as razões para anulação das decisões anteriores. Em agosto de 2021 o TCU admitiu a Ecosul no processo e recebeu o pedido de reexame apresentado, suspendendo os efeitos do acórdão nº 883/2020 que determinavam a reavaliação da tarifa de pedágio.

Em apreciação preliminar de mérito, a 4ª Diretoria da SERUR/TCU por meio de sua instrução técnica recomendou o acolhimento dos argumentos apresentados pela Concessionária e ANTT, segundo o entendimento de que “a arrecadação a maior das tarifas de pedágio, derivada da alteração do fator multiplicador (VP/VL), tem como origem o aumento do volume de tráfego de veículos pesados, que compõe o risco da demanda e a álea econômica ordinária contratual. Por este motivo, não permite a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em estrita observância do princípio da segurança jurídica”. Não obstante o teor do parecer técnico, o encaminhamento dado pelo Secretário ao Min. Relator foi pela manutenção da decisão recorrida. O processo foi pautado para julgamento de mérito no dia 21 de setembro de 2022. Durante a sessão, os Ministros divergiram quanto à real existência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, bem como abordaram eventual distorção do princípio do contraditório, uma vez que a Concessionária não foi ouvida desde o início do processo. A partir dessas considerações, o Ministro Relator retirou o processo de pauta para a realização de diligências adicionais. No momento, aguarda-se a apreciação dos embargos de declaração da ANTT e do pedido de reexame da Concessionária.

c) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP"), atualmente denominada Santos Port Authority ("SPA") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental”, contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em 26 de maio de 2022, a ANTAQ proferiu o Acórdão nº 301/2022 através do qual reitera o direito do Ecoporto Santos ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304, com data-base em dezembro de 2016. A SNPTA encaminhou à SPA o Despacho nº 34/2022/CGEV/DGCO/SNPTA através do qual reitera a decisão proferida no Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e solicita à SPA que indique a melhor forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto. Desta forma, o Ecoporto ainda aguarda a definição da SPA quanto à forma de adimplemento da indenização, conforme determinado pela SNPTA, através dos Ofícios de nº 130/2022/DGCO/SNPTA (de 6.6.2022) e nº 218/2022/DGCO/SNPTA (de 1º.9.2022), sendo que em 16 de dezembro de 2022, a SNPTA, através do ofício 738/2022/SNPTA, esclareceu ser possível o pagamento da indenização tanto pela licitante vencedora do certame da área do STS-10, mediante expressa previsão editalícia, ou através de pagamento direto pela Autoridade Portuária ao Ecoporto, cabendo a escolha à SPA.

Em paralelo, considerando que a SNPTA não se manifestou quanto ao pedido de celebração do compromisso arbitral, bem como quanto à possibilidade de instauração de processo de mediação para solucionar a controvérsia referente ao pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²), a Companhia ajuizou em 28 de setembro de 2022, ação anulatória em face da União e da Antaq tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito de reequilíbrio contratual. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e aguarda-se apresentação de defesa por parte da UNIÃO e da ANTAQ.

Em 27 de outubro de 2022, o MInfra enviou o ofício nº 1184/2022/SE ao Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do qual informou que o terminal STS-10 será tratado como ativo do Porto de Santos para fins da desestatização da Autoridade Portuária. Com isso, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) determinou o sobrestamento do processo de licitação do STS-10 até a deliberação do TCU sobre o assunto da Concessão Portuária. Diante das incertezas quanto ao prosseguimento da licitação do STS-10, o Ecoporto, em dezembro de 2022, requereu, no âmbito do processo administrativo acima referido, que a SNPTA reconsiderasse sua decisão sobre renovação antecipada frente ao novo cenário e à possibilidade de realização dos Investimentos Urgentes.

Faz-se referência, ainda, à necessidade de ajuizamento de ação judicial, em 4 de novembro de 2022, (processo n. 5006237-92.2022.4.02.6104), questionando a cobrança retroativa da Movimentação Mínima Contratual (MMC) pela Autoridade Portuária Santos Port Authority (SPA), no valor de R\$62.653. Em 16 de novembro de 2022, foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. A decisão judicial vai ao encontro da decisão proferida no processo 5004980-32.2022.4.03.6104, no qual o Ecoporto também obteve decisão favorável para continuar efetuando pagamento tal qual realizado ao longo do contrato. A Companhia, amparada no parecer de seus assessores jurídicos externos que classificam como remota a chance de perda, acredita na tese e na qualidade do seu direito que questiona a ilegalidade da cobrança frente à mudança de interpretação contratual após 24 (vinte e quatro anos) anos do contrato de concessão.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101”) em Serra – ES, no âmbito da “Operação *Infinita Highway*”.

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e teve foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação da rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio profissional externo para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram, em 31 de dezembro de 2020, passivo da melhor avaliação para realização de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários (“Fator D”), sobre um cenário em que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, resultando no valor devido de R\$72.614.

As investigações realizadas no âmbito da Operação *Infinita Highway* resultaram em 3 (três) desdobramentos para a controlada.

Em 25 de junho de 2022, a controlada tomou conhecimento da Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. A ação tem por finalidade a aplicação de desconto tarifário como meio de ressarcimento das supostas vantagens indevidamente obtidas com a alteração dos relatórios de monitoração entre os anos de 2014 e 2018 e a aplicação de dano moral coletivo, no valor de até R\$10.000. Em 28 de julho de 2022, a controlada apresentou defesa na mencionada ação judicial alegando, em síntese, que a Eco101 não causou lesão aos usuários, tendo, inclusive, realizado investimentos superiores ao que era exigidos no período citado – e ora se aguarda o prosseguimento do processo.

Em 25 de julho de 2022, a controlada tomou conhecimento dos documentos do Processo TC 030.292/2017-4, em curso perante o Tribunal de Contas, que tramitava em sigilo e foi instaurado para apurar os indícios de irregularidades relacionados com a prestação inadequada de serviço público e a prática de fraudes contratuais, em possível contrariedade à Lei Federal 8.987/1995. Na sequência, em 11 de agosto de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Em 12 de julho de 2022, a ANTT também apresentou manifestação. Em síntese, afirmou não conhecer qualquer irregularidade e que, durante a execução contratual, aplicou as medidas cabíveis para coibir qualquer descumprimento ao contrato de concessão. Aguarda-se o prosseguimento do procedimento

Em 06 de setembro de 2022, a controlada tomou ciência do Processo Administrativo nº 50500.140675/2022-41, instaurado pela ANTT para obter maiores informações a respeito dos eventos apurados no âmbito do Processo TC 030.292/2017-4. Em 12 de setembro de 2022, a controlada apresentou manifestação nos autos do referido processo, também, na mesma linha da defesa apresentada na Ação Civil Pública nº 5016859-74.2022.4.02.5001/ES, movida pelo Ministério Público Federal. Houve reuniões entre a Concessionária e a ANTT para exposição dos argumentos da Companhia e, atualmente, aguarda-se o andamento do processo.

Em razão desses desdobramentos no âmbito do TCU e da ANTT, a Companhia solicitou avaliação e emissão de opinião legal de seus assessores a respeito das possíveis consequências e riscos deles decorrentes. A avaliação da Companhia e de seus assessores é que referidos procedimentos não inovam ou alteram os potenciais riscos e consequências da Operação *Infinita Highway*, que já foram objeto de análise

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nos pareceres jurídico anteriores. A Companhia entende que as medidas necessárias para resguardar os seus interesses estão sendo adotadas e que não há informações adicionais a serem divulgadas nas respectivas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

e) Ecovias dos Imigrantes - Acordo de Não Persecução Cível (“ANPC”)

Em 06 de abril de 2020, conforme Fato Relevante divulgado pela controlada indireta nessa data, a Concessionária Ecovias do Imigrantes S.A. (“Ecovias”) celebrou acordo de não persecução cível (“ANPC”) com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Nos termos do ANPC, a Ecovias se obrigava a realizar obras e pagamentos que, somados, atingem o montante de R\$638.000, sendo: A) R\$450.000 em obras de interesse público, originalmente não previstas no contrato de concessão da Ecovias, consistentes na construção do Boulevard Anchieta, no prazo de 8 anos; B) R\$150.000 para fins de desconto tarifário pela Ecovias ou pagamento diretamente à Fazenda do Estado de São Paulo em 8 parcelas anuais, conforme preferência a ser declarada pelo Estado de São Paulo; e C) R\$38.000 a título de multas, que seriam arcados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia arcaria com o pagamento de R\$12.000, decorrentes de outras obrigações. O ANPC necessitaria ser homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (“CSMP”) e, posteriormente, por uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para surtir efeitos.

Conforme Fato Relevante de 15 de março de 2022, o ANPC foi integralmente homologado pelo CSMP. Como o entendimento da Companhia era pela grande probabilidade da homologação integral do ANPC pelo CSMP, a Administração da Companhia já havia reconhecido a obrigação de multas a pagar em suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021, no montante total de R\$57.349, sendo R\$50.000 de principal, adicionada a atualização monetária de R\$7.349 conforme tabela prática do TJSP.

Por fim, conforme Fato Relevante de 04 de abril de 2022, o ANPC foi homologado judicialmente em 1º de abril de 2022 pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo/SP, passando a surtir efeitos. Foi iniciado o cumprimento das obrigações estabelecidas e já exigíveis, mediante (i) a realização do pagamento de duas parcelas semestrais das multas estipuladas em R\$38.000, (ii) a realização do pagamento integral dos R\$12.000 decorrentes de outras obrigações e (iii) em continuidade à decisão do Governo do Estado de São Paulo que ratificou a execução dos R\$450.000 em obras de interesse público, foi instaurado procedimento administrativo pela ARTESP para acompanhamento da execução das obras.

Com relação ao cumprimento de obrigação de pagar ou conceder desconto tarifário, em 28 de dezembro de 2022 a Companhia tomou conhecimento da decisão pelo Estado de São Paulo pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$150.000, com pagamento a ser realizado em 8 parcelas anuais, mediante a juntada em 27 de dezembro de 2022, nos autos do citado processo administrativo da ARTESP, de despacho do Secretário de Governo do Estado de São Paulo, exarado em 30 de setembro de 2022, acolhendo posicionamento da então Secretaria de Logística e Transportes sobre a preferência pelo recebimento em pecúnia.

Considerando a opção pelo recebimento em dinheiro pelo Secretário de Governo do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2022, a controlada efetuou o registro da referida obrigação, atualizada pela tabela prática do TJSP, ajustada a valor presente, de acordo com a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente no montante de R\$148.692, sendo a contrapartida a rubrica “Intangível”, sub-rubrica “Contrato de Concessão”, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC-01 Contratos de Concessão, a Orientação Técnica OCPC05 – Contratos de Concessão e o Pronunciamento Técnico CPC04 – Ativo Intangível (R1), por se tratar no entendimento da Administração de valor que contribui de forma direta para a continuidade do Contrato de Concessão e sua correspondente geração de fluxos futuros, sendo assim, interpretado como um complemento ao direito de uso da Concessão.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****23. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS**Política contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, pode resultar em efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

A movimentação das provisões nos exercícios é conforme segue:

<u>Controladora</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	5	5
(-) Pagamentos	3	3
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	8

<u>Controladora</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	-	-
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	53	53
(-) Pagamentos	(53)	(53)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-

<u>Consolidado</u>	<u>Ambientais (a)</u>	<u>Cíveis (b)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (d)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	64.632	179.644	28.115	9.602	281.993
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	100	41.559	5.834	2.006	49.499
(-) Pagamentos/baixas	(68.798)	(18.699)	(12.222)	(5.456)	(105.175)
(+) Atualização monetária	5.296	39.391	1.526	1.383	47.596
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.230	241.895	23.253	7.535	273.913

<u>Consolidado</u>	<u>Ambientais (a)</u>	<u>Cíveis (b)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (d)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	450	45.613	4.361	882	51.306
(-) Pagamentos	(4.229)	(17.935)	(15.946)	(3)	(38.113)
(+) Atualização monetária	3.407	22.337	2.938	1.060	29.742
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.632	179.644	28.115	9.602	281.993

a) Processos ambientais

A baixa refere-se a ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação dos juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de setembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2022, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, era de R\$ 68.696 (em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 63.511), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de “Contratos de concessão”. A premissa de registro na rubrica de “Contrato de concessão” foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor foi objeto de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente através do Termo Aditivo Modificativo – TAM nº 19/2021. Em 25 de fevereiro de 2021 foi iniciado o cumprimento provisório de sentença pela CDHU. Em novembro de 2022, nos autos do cumprimento de sentença, o juiz delimitou o percentual devido à CDHU e à Fazenda Estadual em relação ao valor depositado, deixando claro que não existe saldo devedor pela Ecovias, motivo pelo qual a Companhia “realizou a adequação dos saldos” entre depósitos judiciais e passivo constituído anteriormente.

As controladas da Companhia possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$3.684 (R\$5.351 em 31 de dezembro de 2021), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$997.626 em 31 de dezembro de 2022 (R\$645.029 em 31 de dezembro de 2021), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos que promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021.

As principais adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a ações anulatórias contra o Poder Concedente (ANTT), da controlada Eco101, em que se discute a exigibilidade das autuações lavradas pelo mesmo.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$24.968 (R\$39.675 em 31 de dezembro de 2021), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços. Este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima como classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2022, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$409.375 (R\$380.749 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, e o acórdão publicado em 05 de dezembro de 2022 com interposição de Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") em 15 de dezembro de 2022. Aguarda-se a admissibilidade do Recurso Especial e o seu posterior julgamento pela CSRF. As matérias julgadas procedentes em favor da Ecocataratas não foram objeto de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional e essa parte da decisão já transitou em julgado. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendários 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$252.754 (R\$232.456 em 31 de dezembro de 2021).

Acerca das notícias veiculadas na mídia em setembro de 2018 referentes à apuração de compra de medida provisória pela Operação Zelotes, a Companhia informa ter regularmente buscado defender o interesse institucional da Elog, empresa de logística à época integrante do grupo, de abrir o mercado de recintos alfandegados para livre concorrência com a realocização para áreas de maior demanda desses serviços de logística. Em complemento, a Companhia informa que o escritório Spindola Palmeira e a empresa LBS Consultoria e Participações Ltda. foram contratados para elaboração de consultas e opiniões legais relativas a matérias tributárias e previdenciárias e para consultorias em questões aduaneiras e tributária. Em resposta ao Ministério Público Federal referente ao procedimento investigatório no. 1.16.000.002352/2018-11, a Companhia apresentou as informações solicitadas sobre as contratações com o escritório Spindola Palmeira e com a empresa LBS Consultoria e Participações, em outubro de 2018. Não houve nenhuma movimentação no processo desde outubro de 2018 até o final do exercício de 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social

A composição do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade de ações	Participação	Quantidade de ações	Participação
Igli do Brasil Participações Ltda (i)	321.627.460	46,189%	321.627.460	46,189%
IGLI S.p.A.	39.586.150	5,685%	34.755.850	4,991%
Outros (<i>free-float</i>)	334.407.616	48,024%	339.237.916	48,718%
Ações em tesouraria	712.998	0,102%	712.998	0,102%
Total ações ordinárias	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>	<u>696.334.224</u>	<u>100,000%</u>

b) Reserva de lucros – legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o total de reserva legal é de R\$12.563 (R\$278 em 31 de dezembro de 2021).

c) Reserva de lucros – Orçamento de Capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$175.058. O referido valor constituído com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, será referendado na Assembleia Geral Ordinária que será convocada pela administração para os primeiros quatro meses de 2023.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$5.277 e refere-se aos dividendos declarados do exercício de 2021, aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2022. O montante de R\$58.352 registrado no passivo circulante refere-se ao mínimo obrigatório do exercício de 2022, conforme quadro abaixo e a Companhia tem a expectativa de pagar o valor em menos de doze meses, a depender de deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	245.695	372.042
Prejuízo exercícios anteriores	-	(366.487)
Lucro líquido do exercício ajustado	245.695	5.555
Constituição de reserva legal	(12.285)	(278)
Base de cálculo dos dividendos	<u>233.410</u>	<u>5.277</u>
Proposta da Administração:		
Dividendos mínimos obrigatórios	(58.352)	(1.319)
Reserva Orçamento de Capital	(175.058)	-
Dividendos adicionais propostos	-	(3.958)

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreram sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém 712.998 ações ordinárias em tesouraria, que calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão, em 29 de

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

dezembro de 2022, de R\$4,45 (R\$7,32 em 30 de dezembro de 2021) representam R\$3.173.

f) Participação de acionistas não controladores

A movimentação do exercício das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	209.729	-
Aporte de Capital (*)	16.893	214.509
Participação nos lucros\ (prejuízos) do exercício	(11.636)	(4.780)
Saldo no fim do exercício	<u>214.986</u>	<u>209.729</u>

(*) Os aportes foram realizados pela GLP X Participações S.A. na controlada Holding do Araguaia, onde a GLP possui 35% de participação.

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADOPolítica contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas com arrecadação de pedágio (a)	3.458.392	3.463.568
Receitas de construção (b)	2.488.971	1.163.434
Receitas portuárias (c)	622.855	518.730
Receitas acessórias (d)	111.062	108.602
Receitas logísticas (e)	33.394	27.121
Receita bruta total	<u>6.714.674</u>	<u>5.281.455</u>
Deduções da receita	(432.080)	(416.829)
Deduções do reconhecimento da receita (f)	(221.265)	(212.865)
Receita líquida	<u>6.061.329</u>	<u>4.651.761</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	3.458.392	3.463.568
Receitas portuárias	622.855	518.730
Receitas logísticas	33.394	27.121
Receitas acessórias	111.062	108.602
	<u>4.225.703</u>	<u>4.118.021</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(176.842)	(168.703)
PIS (ii)	(38.554)	(36.567)
ISS (iii)	(214.506)	(209.875)
Outros – ICMS	-	(3)
Dedução do reconhecimento da receita	(221.265)	(212.865)
Abatimentos	(2.178)	(1.681)
	<u>(653.345)</u>	<u>(629.694)</u>

- i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.
- ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.
- iii. Alíquota de média de 5,0%.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

Conforme Nota Explicativa nº 22.b), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), a controlada Ecosul, efetuou o registro do direito ao reequilíbrio no montante de R\$78.582.

- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.
- (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.
- São receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.
- (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão..
- (e) Refere-se as receitas auferidas pelo Ecopátio Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia.
- (f) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termares, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	19.482	11.745	500.505	440.488
Conservação e manutenção e outros	400	392	158.258	180.145
Serviços de terceiros (i)	7.094	11.406	303.008	291.508
Seguros	1.431	1.259	26.110	24.966
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	103.181	85.613
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	113.312	63.703
Custo de construção de obras	-	-	2.488.971	1.163.434
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 12 e 13)	1.446	1.326	581.212	691.144
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	661	475	17.537	14.015
Outros custos e despesas operacionais	1.844	801	153.518	135.437
	32.358	27.404	4.445.612	3.090.453
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	4.134.658	2.811.871
Despesas gerais e administrativas	32.358	27.404	310.954	278.582
	32.358	27.404	4.445.612	3.090.453

- (i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	5.067	22.774	238.672	115.597
Juros sobre Mútuos	-	242	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	3	1	13.563	3.738
Receita aplicação – conta garantia TAM ARTESP – Ecovias	-	-	-	17.866
Atualização monetária venda Elog	2.318	2.745	2.318	2.745
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	81.281	103.729
Outras	601	315	11.228	4.022
	<u>7.989</u>	<u>26.077</u>	<u>347.062</u>	<u>247.697</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(111.725)	(6.793)	(886.972)	(372.390)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(44.443)	(112.409)	(191.643)	(256.942)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(207.629)	(281.894)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.102)	(579)	(22.349)	(18.119)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(154.275)	(201.018)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(29.113)	(41.730)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(30.809)	(20.337)
Juros capitalizados	-	-	252.577	129.492
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(459)	(1.275)	(12.058)	(17.564)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(3)	-	(47.596)	(29.742)
Juros sobre passivos de arrendamentos – CPC 06 (R2)	(7)	(100)	(13.270)	(8.865)
Outras	(4.827)	(8.938)	(36.017)	(44.042)
	<u>(162.566)</u>	<u>(130.094)</u>	<u>(1.379.154)</u>	<u>(1.163.151)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(154.577)</u>	<u>(104.017)</u>	<u>(1.032.092)</u>	<u>(915.454)</u>

28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico e diluído – resultado do exercício	0,35	0,59
Lucro básico e diluído – resultado de operações continuadas	0,36	0,59

a) Lucro por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	245.695	372.042
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	253.037	372.042
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	631.099
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	630.386
Lucro básico por ação - R\$	0,35	0,59
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,36	0,59

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (*Stock Options*) expirou em 28 de abril de 2020.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (i)	991.387	1.258.083	13.743.390	12.590.154
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	(5.751)	(10.928)	(2.690.009)	(3.285.720)
Dívida líquida	985.636	1.247.155	11.053.381	9.304.434
Patrimônio líquido (ii)	2.303.694	2.120.309	2.518.680	2.330.038
Índice de endividamento líquido	0,43	0,59	4,39	3,99

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nos 15, 16, 17 e 21.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,2% em 31 de dezembro de 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Classificação – Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	34.371	34.371
Clientes (ii)	325.537	325.537
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i)	1.578.107	1.578.107
Outros créditos – conta reserva – Ecovias do Araguaia (vi)	1.125.566	1.125.566
Passivos:		
Fornecedores (ii)	270.251	270.251
Risco sacado (ii)	11.523	11.523
Empréstimos e financiamentos (iii)	1.995.281	1.930.283
Debêntures (iii)	9.495.731	7.919.467
Passivos de Arrendamentos (iii)	154.330	154.330
Obrigações com Poder Concedente (iv)	972.482	2.363.552
Obrigações com Poder Concedente (vi)	1.125.566	1.125.566
Classificação – Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (v)</i>	2.492	2.492
(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.		
(ii) Os saldos das rubricas “Clientes”, “Fornecedores” e “Risco sacado” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.		
(iii) Os empréstimos, financiamentos, passivos de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.		
(iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Obrigações com Poder Concedente”.		
(v) O valor do <i>Phantom Stock Option</i> e <i>Phantom Restricted Stock</i> está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.		
(vi) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço., e (ii) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais.		

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, *Compliance* e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$147.208 (R\$103.605 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Clientes”.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	3.436.133	3.888.910	1.663.766	9.240.875
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	179.166	184.239	181.899	1.697.538
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.758	53.972	53.168	594.221
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.349	11.349	11.349	147.535
Obrigações com Poder Concedente	103.593	109.705	116.178	5.489.149
Finame	1.631	6.837	6.216	5.590
Notas Promissórias	51.252	37.562	32.582	32.934
Passivos de Arrendamentos	3.837.882	4.292.574	2.065.158	17.207.842
	<u>3.436.133</u>	<u>3.888.910</u>	<u>1.663.766</u>	<u>9.240.875</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.233.987 (ativo circulante de R\$2.066.402 e passivo circulante consolidado de R\$3.300.389), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, e do IPCA, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	140.582	175.727	210.873
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.040.126)	(1.164.531)	(1.287.435)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(439.319)	(467.983)	(496.363)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(947)	(1.183)	(1.420)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(132.514)	(164.801)	(197.089)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(32.047)	(33.016)	(33.986)
Juros a incorrer, líquidos		(1.504.371)	(1.655.787)	(1.805.420)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%
TJLP (c)	6,91%	8,64%	10,37%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decision-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia tem como base:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., CECM Concessões S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, RDC Concessões S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte, EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. e Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

b) “Holding” e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01 Participações S.A., EIL04 S.A., EIL05 S.A, EIL06 S.A., Argovias Participações, ELG-01, Anish Empreendimentos, Paquetá Participações, e as “Holdings” Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. do segmento de concessionárias, Holding do Araguaia S.A., e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessões rodoviárias	89,61%	89,00%
“ <i> Holding </i> ” e serviços	4,95%	5,80%
Portos	4,99%	4,72%
Logística	0,45%	0,47%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinada) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2022 e de 2021. Os valores fornecidos com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

	<u>31/12/2022</u>					
Balço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Ativo circulante	1.643.125	148.564	12.230	633.143	(370.660)	2.066.402
Ativo não circulante	14.977.593	484.496	38.737	12.860.715	(12.319.034)	16.042.507
Passivo	16.620.718	633.060	50.967	13.493.858	(12.689.694)	18.108.909
Passivo circulante	1.873.117	101.612	2.857	1.694.443	(371.640)	3.300.389
Passivo não circulante	7.788.214	130.149	3.076	5.407.761	(1.039.360)	12.289.840
Patrimônio líquido	6.959.387	401.299	45.034	6.391.654	(11.278.694)	2.518.680

Notas Explicativas**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

							31/12/2022
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida	5.741.254	316.833	28.536	313.856	(339.150)	6.061.329	
Custo dos serviços prestados	(3.843.123)	(250.614)	(19.688)	(206.649)	185.416	(4.134.658)	
Lucro bruto	1.898.131	66.219	8.848	107.207	(153.734)	1.926.671	
Despesas gerais e administrativas	(248.634)	(54.278)	(4.739)	(125.580)	122.277	(310.954)	
Amortização de investimentos	-	-	-	(14.784)	14.784	-	
Impairment de ativos	-	-	-	(81.012)	-	(81.012)	
Outras receitas/despesas	(1.570)	345	(9.646)	19.405	(856)	7.678	
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.247.936	(1.247.936)	-	
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.647.927	12.286	(5.537)	1.153.172	(1.265.465)	1.542.383	
Resultado financeiro	(448.484)	58.616	998	(643.532)	310	(1.032.092)	
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.199.443	70.902	(4.539)	509.640	(1.265.155)	510.291	
Imposto de renda e contribuição social	(385.237)	-	(203)	116.550	-	(268.890)	
Resultado das operações continuadas	814.206	70.902	(4.742)	626.190	(1.265.155)	241.401	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	(7.342)	-	(7.342)	
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	814.206	70.902	(4.742)	618.848	(1.265.155)	234.059	
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(11.636)	(11.636)	
							31/12/2021
Balanco Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Ativo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894	
Ativo circulante	1.770.701	77.664	14.857	1.575.321	(845.038)	2.593.505	
Ativo não circulante	12.850.184	449.415	53.654	11.668.515	(11.221.379)	13.800.389	
Passivo	14.620.885	527.079	68.511	13.243.836	(12.066.417)	16.393.894	
Passivo circulante	1.948.525	92.315	2.494	2.883.719	(845.966)	4.081.087	
Passivo não circulante	6.556.780	109.366	2.741	4.236.457	(922.575)	9.982.769	
Patrimônio líquido	6.115.580	325.398	63.276	6.123.660	(10.297.876)	2.330.038	
							31/12/2021
Resultado	Concessões	Portos	Logística	Holding e serviços	Eliminações	Consolidado	
Receita líquida	4.420.063	234.635	23.361	288.069	(314.367)	4.651.761	
Custo dos serviços prestados	(2.621.325)	(183.724)	(18.783)	(164.211)	176.172	(2.811.871)	
Lucro bruto	1.798.738	50.911	4.578	123.858	(138.195)	1.839.890	
Despesas gerais e administrativas	(228.451)	(42.976)	(6.245)	(112.670)	111.760	(278.582)	
Amortização de investimentos	-	-	-	(15.349)	15.349	-	
Outras receitas/despesas	6.012	3.865	1.049	(3.523)	(763)	6.640	
Equivalência patrimonial	-	-	-	1.143.906	(1.143.926)	(20)	
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	1.576.299	11.800	(618)	1.136.222	(1.155.775)	1.567.928	
Resultado financeiro	(560.982)	71.605	383	(427.042)	582	(915.454)	
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	1.015.317	83.405	(235)	709.180	(1.155.193)	652.474	
Imposto de renda e contribuição social	(367.773)	(114)	161	82.514	-	(285.212)	
Resultado das operações continuadas	647.544	83.291	(74)	791.694	(1.155.193)	367.262	
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	647.544	83.291	(74)	791.694	(1.155.193)	367.262	
Resultado dos minoritários	-	-	-	-	(4.780)	(4.780)	

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso – CPC 06 (R2)	181.761	13.350
Conta Reserva – ANTT – Ecovias do Araguaia e EcoRioMinas	52.949	1.072.617
Acordo de Não Persecução Civil – ANPC – Ecovias dos Imigrantes	148.692	-
Provisão para Construção de Obras futuras - EcoRioMinas	17.200	-
Ônus da Concessão	619.980	418.846

A Controladora não realizou nenhuma atividade que não envolvesse caixa.

32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$7.342, referentes à cláusula de indenização.

33. RISCO SACADO

O Grupo EcoRododovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura “Risco Sacado” logo abaixo da rubrica “Fornecedores”. Em 31 de dezembro de 2022, o valor consolidado é de R\$11.523 (R\$15.203 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia e de suas controladas, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia e de suas controladas.

Cobrança de pedágio EcoRioMinas nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B)

Em 01 de março de 2023, a controlada EcoRioMinas iniciou a cobrança de pedágio nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B), que representam, em conjunto, aproximadamente 32% da receita de pedágio total prevista da concessão. A controlada administra as rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, incluindo o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e o trecho de Serra de Teresópolis, totalizando 726,9 km de extensão.

Debêntures Ecopistas

Em 02 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, aprovou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022 no valor total de R\$1.180.000 (sendo R\$472.000 da primeira série e R\$708.000 da segunda série).

A emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto nº 8.874 de 11 de outubro de 2016 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 4.751 de 26 de setembro de 2019, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério de Estado dos Transportes, por meio da Portaria nº 168, expedida em 27 de fevereiro de 2023 e publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2023, a data de emissão será 15 de março de 2023.

As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPCA + taxa a ser definida no procedimento de *Bookbuilding*, e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente, a partir da data de emissão. As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de março de 2030, sendo amortizadas em parcelas semestrais consecutivas. As debêntures da segunda série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2035, sendo também amortizadas em parcelas semestrais consecutivas.

Debêntures Ecovias do Imigrantes

Em 03 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$900.000.

Notas Explicativas

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sobre as referidas debêntures incidirão juros remuneratórios de CDI + 2,00%, sendo o pagamento da remuneração realizado semestralmente, a partir da data de emissão. As referidas debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

Proposta de Orçamento de Capital



Orçamento de capital previsto para o exercício social de 2023

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2023 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM 480, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, a ser realizada em 19 de abril de 2023, a proposta de **Orçamento de Capital** para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 4.437.516.240,76 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e sete milhões, quinhentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta reais e setenta e seis centavos) o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 4.437.516.240,76

Aplicações

Investimento consolidado planejado para o exercício social 2023 nos projetos atualmente detidos pela Companhia	R\$ 4.437.516.240,76
--	----------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva para orçamento de capital, com base no lucro líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022	R\$ 175.057.819,52
--	--------------------

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 4.262.458.421,24
--	----------------------

São Paulo, 16 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marco Antonio Cassou

Presidente

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 25)

A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.

Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumariadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão.

Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.

Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia.

Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia.

Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 13)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 13.690.104 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem

expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras. Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração.

Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Companhia celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJPP-CAP no 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo.

Em 1o de abril de 2022 o ANPC foi homologado judicialmente o que encerra a etapa homologatória e se inicia o cumprimento das obrigações estabelecidas no ANPC.

Em 30 de setembro de 2022, conforme documentação juntada pela superintendência jurídica da Artesp, o secretário de governo do estado de São Paulo, acolheu a documentação que demonstrava a preferência pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$ 150.000 mil.

Conforme divulgado na Nota 22 e às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Companhia arcará com o valor de R\$ 638.000 mil, que foi destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Companhia. Desse valor, R\$ 38.000 mil foram pagos pela Companhia.

Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC.

Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo.

Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração.

Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Termo Aditivo Modificativo ("TAM")

Durante o exercício de 2022 a Companhia e o Estado de Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes, firmaram os Termos Aditivos e Modificativos no 20/2022 e no 21/2022.

Conforme divulgado na Nota 21 (iv) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Companhia assumirá a execução das obras no valor de R\$ 89.875 mil, com isso a Companhia deverá realizar os investimentos nos trechos dessa concessão, em contrapartida obteve o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 11 de fevereiro de 2034, além de outros aspectos divulgado na nota explicativa às demonstrações financeiras.

Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido. Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do TAM.

Inspecionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 22(d))

Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente.

Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 72.614 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito.

Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto. Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2022. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema.

Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial.

Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração.

Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 15 de março de 2023, às 17:00 horas, por meio de videoconferência.

PRESENÇA: Participação dos Conselheiros Fiscais titulares Sérgio Tuffy Sayeg – Presidente, José Boeing e Paulo Sergio Aldrighi; e Conselheiros Fiscais suplentes Eduardo Georges Chehab, João Alberto Gomes Bernacchio e José Dimas Gurgel, eleitos em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2022.

MESA: Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg, e Secretário: Paulo Sergio Aldrighi

ORDEM DO DIA: Em continuidade às reuniões e discussões prévias realizadas em 09 e 14 de março de 2023, com as participações de representantes da Administração e também de sócio e gerente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, tomar conhecimento e opinar sobre o que segue, para emissão de parecer:

- I. O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, do valor adicionado, complementados pelas notas explicativas;
- II. Propostas da Administração para distribuição de dividendos e orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral;
- III. Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;
- IV. Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2022, em atendimento à Resolução CVM nº. 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro; e
- V. Deliberações do Conselho de Administração em reunião realizada em 15 de março de 2023 e assistida por membros do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES: Finalizada a análise dos referidos documentos, que ficam arquivados na área do Conselho Fiscal no Portal de Governança da Companhia, os Conselheiros Fiscais titulares emitem o seu parecer, nos termos do Anexo à presente ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, que, depois de lida, foi aprovada pela totalidade dos presentes. São Paulo, 15 de março de 2023.

Presidente: Sérgio Tuffy Sayeg. Secretário: Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais titulares: Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente, José Boeing e Paulo Sergio Aldrighi. Conselheiros Fiscais suplentes: Eduardo Georges Chehab, João Alberto Gomes Bernacchio e José Dimas Gurgel.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Paulo Sergio Aldrighi – Secretário

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 04.149.454/0001-80

NIRE 353.001.819.48

COMPANHIA ABERTA

Anexo à Ata de Reunião do Conselho Fiscal realizada em 15 de março de 2023

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 27 de abril de 2022, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente.

As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócio e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período; (iii) gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment); (vii) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2022; (viii) Termos Aditivos Modificativos de concessões; (ix) homologação judicial do Acordo de Não Persecução Cível com o Ministério Público do Estado de São Paulo; investigação na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Operação Infinita Highway”); Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal – Paraná e Monitoramento Independente; (x) Programa de Compliance; (xi) Programa de Ética e Integridade, inclusive com realização de treinamento pelos membros do Conselho Fiscal; (xii) nova estrutura organizacional e composição da Diretoria Estatutária e Diretorias; e (xiii) principais assuntos de auditoria.

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e respectivas notas explicativas.

O Conselho Fiscal conheceu as Propostas da Administração relativas à distribuição de dividendos e ao orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral.

Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2022, em atendimento à Resolução CVM nº. 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 15 de março de 2023.

Sérgio Tuffy Sayeg - Presidente José Boeing

Paulo Sergio Aldrighi

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – Exercício Social 2022

Aos Conselheiros de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ref.: Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social 2022

Prezados Senhores,

O propósito deste documento é apresentar o Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário – Exercício Social 2022, indicando-se os destaques das atividades e das recomendações referentes ao exercício social de 2022.

Este documento foi preparado sob a coordenação de Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro independente), nomeado em 16.11.2021, e representa o sumário dos trabalhos do Comitê.

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário (“Comitê”) é órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (“Companhia” ou “Ecorodovias”), e tem a função de assegurar que o negócio seja conduzido em conformidade com as leis, ética e controles internos da Companhia.

O Comitê é, nos termos de seu Regimento Interno, composto por 3 (três) membros, sendo coordenado pelo conselheiro indicado pelo Conselho de Administração. O Comitê é composto por maioria de membros independentes, sendo um deles Conselheiro independente da Companhia, e um membro independente do Comitê (membro externo); e um deles tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da Resolução CVM 23/21.

Os membros do Comitê devem ter experiência em gestão empresarial, finanças, contabilidade ou auditoria. Especificamente, o conselheiro independente e o coordenador do órgão deverão ter formação acadêmica e notória experiência na área de finanças e contabilidade.

Desde 25.05.2022 o Comitê é composto por Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (conselheiro independente e coordenador), Flávio Franco e Lucia Scaglione.

Em 16 de dezembro de 2022 a Companhia fez os ajustes necessários em seu Estatuto Social e no Regimento Interno do Comitê de Auditoria para alçar o Comitê à condição de Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Resolução CVM 23/21.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, até a instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, exerceu a função de Comitê de Assessoramento e apoiou o Conselho de Administração, entre outros temas, nos assuntos relacionados ao compromisso da Companhia em agir de forma ética, íntegra e transparente, em consonância às melhores práticas, normas, regulamentos e legislação aplicável; acompanhou o cumprimento das diretrizes fixadas nas políticas da Companhia e as iniciativas referentes ao seu escopo de atuação.

Resumo das Atividades no Exercício de 2022

Em 2022, o Comitê realizou 8 (oito) reuniões que contemplaram a análise de 63 (sessenta e três) pautas, entre itens informativos e de recomendação de aprovação ao Conselho de Administração, 70% das pautas tiveram caráter informativo (44 pautas) e 30% das pautas tiveram caráter deliberativo (19 pautas).

Entre as pautas analisadas pelo Comitê, foram apreciados temas sensíveis para a Companhia, tais como: Demonstrações Financeiras, Gestão de Riscos e Controles Internos, Transações com Partes Relacionadas, Compliance, Ética, Auditoria Interna, Auditoria Externa e demais matérias de competência ao órgão.

Entre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais;
- Avaliação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Acompanhamento da matriz de riscos empresarial;
- Acompanhamento das atividades do Programa de Ética – Sistema de Integridade, incluindo o monitoramento dos relatos do Canal de Ética;
- Acompanhamento das atividades do Monitoramento Independente;
- Acompanhamento do projeto de manutenção da Certificação ISO 37001;
- Revisão das Políticas da Companhia, exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado;
- Avaliação de Transações com Partes Relacionadas;
- Acompanhamento dos procedimentos que estão sendo adotados pela Companhia para mitigação de riscos de Compliance em suas atividades;
- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Independente;
- Realização de reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal.

Conclusões e Recomendação ao Conselho de Administração

Durante o exercício de 2022, os membros do Comitê de Auditoria da Ecorodovias, tendo presente as atribuições e o escopo de sua atuação, consideraram todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, aqui descritos de forma sumarizada, e concluíram que: i) os processos de controles internos foram efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção foram adequadas; ii) a Auditoria Interna teve orçamento financeiro adequado para o desempenho satisfatório de suas funções; e iii) a Auditoria Independente foi efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência.

No âmbito do Programa de Ética e Sistema de Integridade da Companhia ("Compliance"), este Comitê de Auditoria reconhece os esforços despendidos ao longo de 2022 no intuito de aprimorar o programa. É também reconhecido por este Comitê, bem como pela Monitoria Externa, que houve um salto de qualidade no programa neste último ano, onde muitas novas iniciativas, sistemas e controles foram implementados. É importante que estas conquistas sejam mantidas e que o programa se torne sustentável, perene e parte fundamental do sistema de gestão da empresa.

Como resultado do trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados durante o exercício social de 2022, em conjunto com o Conselho Fiscal, e, ainda, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers (PwC), bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, o Comitê de Auditoria opinou que toda a documentação apresentada refletia adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/1976.

São Paulo, 14 de março de 2023

Ricardo Bisordi de Oliveira
Coordenador do Comitê de Auditoria

Flavio Franco

Lucia Scaglione

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo – SP, 15 de março de 2023.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Controles

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, bem como o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo – SP, 15 de março de 2023.

Marcello Guidotti
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Salles
Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico

Roberto Borges Paiva
Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia

Andréa Paula Fernandes
Diretora de Finanças Corporativas

Fabio Trugillo
Diretor de Planejamento, Riscos e Controles